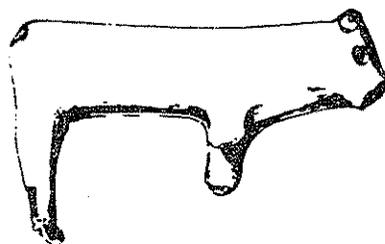


João de Castro Nunes  
Carlos Fabião  
Amílcar Guerra

**O ACAMPAMENTO MILITAR ROMANO  
DA LOMBA DO CANHO (ARGANIL)**



Museu Regional de Arqueologia

Arganil, 1988

## O ACAMPAMENTO MILITAR ROMANO DA LOMBA DO CANHO (ARGANIL)<sup>(1)</sup>

JOÃO DE CASTRO NUNES\*

CARLOS FABIÃO \*\*

AMÍLCAR GUERRA \*\*

### 1. INTRODUÇÃO.

O acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil) acha-se implantado sobre uma crista de quartzitos silúricos, fortemente erodida, que constitui a extremidade Sul da Serra de S. Eufémia (DAVEAU *et alii*, 1986, pp. 133-7 e 386-7). Situa-se a cerca de 2 km a NE da vila de Arganil, coordenadas 207.1/ 363.5 GAUSS, na folha 232 de Carta Militar de Portugal 1:25 000 (Fig. 1). Encaixado num meandro do rio Alva, que parcialmente o rodeia, o local apresenta-se como uma plataforma relativamente plana de orientação NW-SW, dispondo de excelente visibilidade e apresentando uma posição francamente dominadora sobre a zona envolvente, constituída pelas baixas aluvionares do Alva e da ribeira de Folques.

As características topográficas do sítio favorecem a implantação humana, por possuir uma ampla plataforma aplanada, com boas condições naturais de defesa, em posição pouco elevada (216.87 m de cota máxima), fornecendo o subsolo quartzítico abundante matéria-prima para as construções. Tais vantagens terão constituído, certamente, os principais motivos da eleição do local para a instalação do contingente militar romano.

Foi identificado como sítio de interesse arqueológico pelo primeiro signatário, nos meados da década de 50, na sequência das prospecções que há vários anos vinha realizando na região (v. "A Comarca de Arganil", n. 4592, de 15/12/1956). Era, então, utilizado como canteira de extração de pedra há, pelo menos, três décadas e somente a acção desenvolvida no sentido de classificar a área - consumada pelo Decreto n. 42255, de 8/4/1959 - permitiu pôr cobro à sua destruição. Desde os finais da década de 50 aos inícios da década de 80, tem sido o local objecto de escavações, quase sempre realizadas com grande mingua de meios e de forma descontínua, o que tem, naturalmente, prejudicado qualquer tentativa de compreensão global do sítio, dificuldades a que não

---

(1) Este texto constitui, com poucas alterações, a comunicação com título idêntico apresentada ao I Colóquio Arqueológico de Viseu, em Abril de 1988.

\* Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Director do Instituto de Arqueologia, 1699 LISBOA CODEX.

\*\* Assistente da F. C. S. H. da U. N. L., Av. de Berna, 24, 1000 LISBOA, investigador da UNIARCH.

são igualmente estranhas, pelo contrário, as significativas destruições produzidas pela actividade das pedreiras.

Apesar de, até à data, se terem publicado diversos textos sobre este sítio arqueológico (NUNES, 1985 e 1986; GUERRA/FABIÃO, 1986 e no prelo), bem como diversos estudos sobre os materiais dele exumados (NUNES, 1958a, 1958b, 1959; FARIA, 1981, 1984-5; FABIÃO/GUERRA, 1985-6, 1987; GUERRA, no prelo e FABIÃO, 1987), a publicação de uma visão de conjunto mais ampla e fundamentada das diversas questões levantadas pela sua investigação, foi sendo protelada para a monografia final, sistematicamente adiada pelas sucessivas interrupções dos trabalhos. No entanto, por estes se encontrarem, uma vez mais, suspensos há já cinco anos, sem, infelizmente, se vislumbrarem saídas para a situação de impasse actualmente existente - e enquanto decorre o estudo para o projecto de conservação e protecção dos vestígios postos a descoberto - entendemos ser necessário a apresentação de um ponto da situação dos conhecimentos actualmente existentes sobre o acampamento romano da Lomba do Canho.

É, pois, essa tentativa de "mise au point" dos problemas e questões suscitados por este sítio arqueológico, que desejamos colocar à disposição da comunidade científica, com a firme esperança de que o seu conhecimento mais preciso venha a suscitar a atenção das entidades que superintendem à salvaguarda, investigação e apresentação do Património Arqueológico Nacional, possibilitando o recomeço dos trabalhos, no local, que consideramos essencial, não só para o conhecimento das estruturas militares romanas do período de conquista na Península Ibérica, como também para a compreensão do processo de romanização da Lusitânia.

## 2. OS TRABALHOS.

### 2.1. Historial das intervenções.

As primeiras sondagens arqueológicas na Lomba do Canho realizaram-se no ano de 1958 e consistiram na limpeza de alguns monturos de pedreiras, situados na zona da "Sondagem n. 1" e numa pequena intervenção num dos grandes compartimentos do "Sector A" (v. Fig. 2). Nesses trabalhos foram recolhidos alguns materiais de cunho marcadamente indígena, tal como os elementos de sítula em bronze (NUNES, 1958b) e cerâmica de fabrico manual, bem como diverso armamento e moedas romanas (*Id.* p. 6). No ano seguinte,

realizou-se a primeira campanha de escavações propriamente dita, na qual se procedeu ao estudo dos compartimentos do "Sector A", a escavações na área da "Sondagem n. 1", tendo-se efectuado, igualmente, uma longa vala de sondagem na área Sul do "Sector Q", junto ao muro que delimita, a Norte, o "Sector P" (NUNES, 1959, pp. 18-21).

Estes trabalhos permitiram uma primeira caracterização da estação arqueológica, definida então como: "(...) castro, em dada altura convertido, ao que parece, em local de estacionamento de tropas romanas (...)" (*Id.*, p. 21). Embora não se tivesse podido documentar nenhum contexto de nítida sobreposição destas duas realidades culturais, a significativa recolha de artefactos associados a uma e a outra autorizava esta primeira suposição - na realidade, ainda não suficientemente esclarecida. No entanto, pela riqueza da sua documentação, foi, sem dúvida, a ocupação militar romana que conferiu maior significado e projecção ao sítio. Esta, viria a ser categoricamente comprovada com a escavação, no ano de 1961, do conjunto de construções do "Sector P" (v. Fig. 3), identificado como centro de comando do destacamento ali estacionado.

Nos inícios da década de 60 encerrou-se a primeira fase de escavações no local, realizadas sempre com escassíssimos meios humanos e financeiros. Tinha-se diversificado bastante a área das intervenções, por um conjunto de sondagens ("Sond. 1, 2 e 3") e pela escavação dos "Sectores A e P" e a vala aberta no "Sector Q", que permitiram identificar restos de construções erguidas com blocos de quartzito partidos pelas diaclases, sem vestígios de aparelho, ligados por argila, sem qualquer argamassa elaborada. Constatou-se, igualmente, serem boa parte das paredes constituídas por um entrançado de troncos, revestido de argila, de que conservaram muitos blocos com as respectivas impressões. Para além de dois, eventualmente três, grandes compartimentos de grossas paredes, postos a descoberto no "Sector A" e do magnífico conjunto de construções do "Sector P", as restantes sondagens, apesar da excepcional riqueza do espólio, revelaram apenas restos de alguns compartimentos já bastante destruídos.

Apesar do mau estado de conservação de muitas estruturas, foi possível determinar a regularidade das plantas rectangulares de todas as construções, bem como um urbanismo de cariz hipodâmico, com o eixo maior orientado no sentido NW-SW, tirando partido da topografia local, denunciador mais de uma presença romana do que de algum habitat indígena. Todos os compartimentos seriam cobertos por materiais perecíveis, visto não terem sido localizados quaisquer fragmentos de cerâmica de cobertura.

Após prolongado hiato, os trabalhos recomeçaram no ano de 1976, com uma operação geral de limpeza e consolidação das estruturas já

postas a descoberto, no âmbito do Serviço Cívico Estudantil. Iniciou-se, nesse ano, a investigação do "Sector Q" com uma estratégia wheeleriana adaptada (v. Fig. 3).

Após nova interrupção, realizaram-se, entre os anos de 1980 e 1982, as três campanhas de escavação que contaram com os maiores e melhores apoios de sempre, quer da parte do IPPC, quer da autarquia local e FAOJ. Nestas, efectuaram-se as escavações do "Sector Q", particularmente o conjunto das construções da zona W, onde se identificaram duas fases distintas de edificação; uma intervenção na área da "Sondagem n. 1", destinada a avaliar os prejuízos causados pela acção das pedreiras naquela área, que foram, de facto, significativas, desaconselhando, por isso, a continuação dos trabalhos; uma ampla decapagem abrangendo a superfície dos "Sectores C e E" que permitiram augurar bons resultados para uma futura investigação do primeiro - já sondado em anteriores escavações - e revelaram, no segundo, uma ampla superfície não edificada, ou, então, totalmente destruída pela acção das pedreiras; um conjunto de sondagens pontuais destinadas a localizar eventuais estruturas defensivas, que lograram identificar o que parece ser uma muralha de pedra, que defenderia o estabelecimento militar pelo lado Sul - o mais desprotegido em caso de ataque - situada a cerca de 100 metros do marco SH 40; e pela escavação de "Sector B", um dos mais interessantes de todo o sítio arqueológico.

Uma primeira observação na área que designámos por "Sector B" não fazia esperar grandes resultados na sua escavação. Duas grandes valas de exploração de pedra delimitavam a E e a W uma pequena zona, aparentemente bem conservada, de cerca de 12 m de largura. Apesar disto, resolvemos insistir no local e a intervenção pode considerar-se um êxito, visto termos logrado identificar uma zona residencial (de casernas), a única até ao momento bem caracterizada.

No último ano da escavação, 1983, voltaram as dificuldades e o orçamento disponível permitiu apenas uma intervenção de continuidade neste último sector, tendo-se optado, pela falta de meios existente, pela não continuação da escavação na muralha, de que se possui apenas a delimitação interna.

Todos estes anos de escavação permitiram identificar vestígios de ocupação numa área de 250 m no eixo NW-SW e 75 m no eixo E - W, não havendo, no entanto, certezas quanto à totalidade da superfície utilizada pelo contingente militar.

## 2.2. A estratigrafia

Uma intervenção com tão larga espessura temporal conheceu, naturalmente, diferentes estratégias de abordagem à realidade em estudo. Assim, as primeiras intervenções reflectiram a prática então mais em voga, na escavação de sítios com estas características, alternando as sondagens pontuais com as valas de sondagem mais extensas, procedendo-se, depois, à escavação sistemática no interior dos compartimentos identificados.

Na segunda fase de escavações - e mais concretamente para o "Sector Q" - utilizou-se uma estratégia de tipo wheeleriano, por quadrículas (neste caso rectângulos) com testemunhos entre os diversos espaços escavados. Por se tratar de uma superfície rectangular e por se julgar tal desenho mais apropriado para um correcto registo fotográfico, optou-se por dividir todo o "Sector" em rectângulos de 2x3 metros, numerando o eixo E-W e designando por letras o eixo N-S. A escavação nesta zona processou-se por amostragem aleatória, tendo-se posteriormente aberto em área a zona com construções (v. Fig. 3).

Finalmente, a intervenção no "Sector B" efectuou-se já numa perspectiva de área ampla, com numeração contínua de todas as realidades estratigráficas identificadas e posterior estabelecimento da respectiva matriz e faseamento, nos moldes preconizados por Barker/Harris, v. Fig. 7 (GUERRA/FABIÃO, 1986).

Pese embora a diferença nos métodos de registo das realidades estratigráficas observadas, pode dizer-se que a estratigrafia do sítio arqueológico patenteia grande uniformidade. Um pouco por toda a parte são evidentes os sinais de perturbações pós-ocupacionais, fundamentalmente decorrentes da actividade de extracção de pedra (v. Fig. 7), tendo-se verificado, no entanto, numa pequena zona do "Sector Q" um poço de violação recente (v. Fig. 5) que pode ser atribuído a uma acção humana intencional ou de um animal de grande porte. Nas zonas onde não se registam sinais notórios destas perturbações, a primeira camada é composta por depósitos recentes, constituídos por acção dos agentes naturais de erosão. É normalmente pouco espessa, pouco consistente e de coloração escura.

Seguem-se as camadas correspondentes aos derrubes das construções, que assumem, quase sempre, alguma complexidade devido às diferenças de conservação das argilas de revestimento utilizadas nas mesmas. Em alguns casos, são camadas de deposição extensas e homogéneas, relativamente compactas, e pobres em materiais arqueológicos (ou mesmo estéreis), podendo, no entanto, apresentar-se como amálgamas de nódulos de argila consolidada, com impressões de troncos. Estas camadas resultantes do derrube da componente perecível das paredes diferenciam-se, em alguns casos,

do desmoronamento em pedra e, noutros, fazem corpo com ele, produzindo um estrato de derrube relativamente homogêneo. Nos casos em que foi possível individualizá-los na íntegra, a componente pétreo, embora significativa, não é suficientemente abundante para justificar uma altura de construção superior a um metro.

Os níveis correspondentes aos pisos de ocupação identificam-se facilmente. São constituídos, normalmente, por pavimentos consistentes de argila amassada de coloração mais escura e, no caso das casernas, com elevada quantidade de cinzas, apresentando-se o espólio arqueológico *in situ*, circunstância particularmente evidente nos recipientes cerâmicos que aparecem quebrados em conexão.

Apenas em um dos compartimentos do "Sector A" - o compartimento W, o mais bem conservado - foi identificado um estrato de carvões selando o abandono do local. Embora se tenham verificado, pontualmente, outros achados de madeira carbonizada, não se pode falar, porém, de um incêndio generalizado subsequente (ou determinando) ao abandono do acampamento.

Em toda a área escavada, apenas nas estruturas do "Sector Q" foi possível determinar dois momentos de construção. A homogeneidade e regularidade patentes na camada 5 (v. Fig. 5) - um piso de argila consistente sobre o qual se recolheu todo o espólio arqueológico, com os recipientes cerâmicos quebrados em conexão - permite documentar, de forma inequívoca, o solo de habitat deste "Sector". No entanto, uma vez levantado, nada no seu interior, ou abaixo dele, permitiu datar a primeira fase de construção, não parecendo, porém, corresponder a uma época muito diferente da segunda ocupação.

### 2.3. Descrição e interpretação funcional das estruturas.

A identificação das estruturas colocou, ao longo das diversas campanhas, alguns problemas, resultantes fundamentalmente das técnicas de construção usadas. Ao contrário do que acontece em muitos sítios onde se registou uma ocupação em período romano, não foram utilizados nunca blocos aparelhados e não há qualquer vestígio de uso de argamassas. Por outro lado, no levantamento dos muros associou-se a construção em pedra, geralmente com pouca altura, a uma espécie de taipa constituída por uma estrutura leve de madeira revestida por uma camada não muito espessa de argila. Por isso nem sempre é fácil distinguir um muro do seu desmoronamento, sobretudo quando este em pouco ultrapassa as fundações ou era constituído por elementos que facilmente se desagregaram.

No que diz respeito à interpretação funcional a dificuldade resulta da escassez de paralelos já suficientemente explorados e que se aproximem pelas suas dimensões e cronologia do caso que estudamos. Normalmente, as fortificações das diversas zonas de limes, em relação às quais a investigação se encontra bastante avançada, correspondem a épocas mais tardias. Quanto aos acampamentos contemporâneos, nomeadamente alguns que se situam na Península Ibérica, a investigação tem progredido mais lentamente e o conhecimento sob o aspecto das estruturas e as suas funções pouco foi além do que Schulten escreveu a respeito dos da área de Numância.

Apesar destas dificuldades, acreditamos que podemos hoje traçar um perfil bastante correcto do que foi a instalação militar e ensaiar uma classificação dessas realidades do ponto de vista funcional. Um dos primeiros conjuntos a ser escavado, que designamos por "Sector A", compreende os compartimentos de paredes particularmente espessas (superiores a 1 m) que se situam a Norte da área central do acampamento. Encontra-se bem definido um deles, que mede cerca de 12 m x 6 m, onde se encontrou um pequeno forno. Forneceu, entre os achados que merecem especial referência, um conjunto de nove *glandes plumbeae* agrupadas e uma mó manual *in situ*. No outro compartimento, em parte lageado, para além de uma mó idêntica, foi descoberta uma grande quantidade de *pila catapultaria* que se encontravam amontoados a um canto. Estes achados podem sustentar a hipótese de estas construções terem sido utilizadas como armazéns e, simultaneamente, para actividades destinadas a assegurar a satisfação de algumas necessidades alimentares das tropas ali estacionadas. Nos acampamentos do cerco de Numância, Schulten identificou vários armazéns, na sua opinião, destinados a albergar cereais e equipamento militar, todos eles caracterizados por possuírem grossas paredes com contrafortes (SCULTEN, 1945, pp. 72 e 185). Em nenhum dos casos, porém, se situavam em locais centrais como na Lomba do Canho e como parece ser a norma em outros estabelecimentos militares romanos, designadamente na Grã-Bretanha (WILSON, 1980, pp. 14-17).

Na fase mais antiga, os trabalhos incidiram também no "Sector P", núcleo que se revelou de grande importância para a caracterização do sítio como local de estacionamento de tropas. O conjunto possui uma passagem, voltada a Sul, pela qual se acede a um pórtico, construído em materiais perecíveis, que rodearia um espaço aberto, de forma rectangular, definido por uma vala de água em boa parte conservada (v. Fig. 3). Do lado oposto à entrada situa-se um conjunto de compartimentos que comunicaria com o mesmo pórtico. Num deles se identificou uma lareira definida por duas pedras ao alto.

Pelo que se conhece da descrição de um acampamento romano, feita por Políbio (*Hist.* 6, 27, 2-3), e por comparação com outros sítios de cariz idêntico, designadamente os acampamento do cerco de Numância (SCULTEN, 1945, pp. 72-3, 182-3 e Fig. 7) ou nos fortes da Grã-Bretanha (WILSON, 1980, *passim*), aqueles compartimentos serviriam de instalação do comando da guarnição e todo o conjunto corresponderia ao que se designa por *Praetorium* ou *principia*. Esta semelhança, juntamente com o abundante material bélico exumado, constituiu a principal fundamento da definição da Lomba do Canho como local de estacionamento de tropas.

Mais tarde os trabalhos centraram-se no "Sector Q", espaço compreendido entre as duas áreas anteriormente descritas, tendo-se optado inicialmente por uma escavação das quadrículas alternadas. Este método permitiu verificar que os vestígios de construções actualmente identificáveis se limitavam a uma área muito circunscrita que abrangia as quadrículas E-I 1-3 (v. Fig. 3). Foi nessa zona que os trabalhos das campanhas de 1980-1982 incidiram particularmente, tendo-se definido um original complexo de estruturas.

O núcleo central é constituído por um amplo compartimento rectangular lageado que apresenta algumas particularidades dignas de nota: Na junção dos muros S e W e apoiando-se parcialmente neles, foi construída uma estrutura circular em adobe, circundada por dupla parede e apresentando internamente vestígios de colunas que sustentariam uma cobertura; uma parte da parede voltada a N foi espessada para nela se produzir, do lado exterior, uma reentrância com cerca de 1 m x 0,40 m de largura. Em ambos são evidentes os traços de uma intensa acção do fogo.

Este compartimento comunica, por um lado, com um espaço circular que assenta num *podium* de cerca de 0,40 m de altura, com uma técnica de construção idêntica, especialmente pelo lageado e pelas dimensões das pedras que o constituem. Por outro, confronta-se com uma divisão rectangular, nitidamente distinta das anteriores pelos pormenores de construção e seguramente posterior, se bem que seja difícil determinar de quanto tempo. Acedia-se a esta última por uma entrada aberta no muro que a delimita a Sul, junto da qual se identificou mais uma vala de escoamento de águas.

Levanta-se, a propósito destas construções, a hipótese de, em determinado momento da vida do acampamento, se ter procedido à remodelação do edifício pré-existente. Esta possibilidade tem fundamento na evidência estratigráfica, não apenas no que toca aos muros, como ainda pelo facto de se verificar que a cerâmica do interior da construção se encontra depositada num estrato (5) bem definido que parece ter sido o pavimento que sucedeu ao lageado que referimos (v. Fig. 5).

Outra questão mais complexa que se tem colocado a respeito de todo este núcleo é precisamente o da sua interpretação funcional. Um dos objectivos de um trabalho arqueológico é definir, com a maior precisão possível, a função dos elementos descobertos. Todavia, esta tarefa da investigação coloca com frequência muitos problemas porque se passa do nível objectivo que é a simples descrição dos achados para um nível que envolve sempre algo de subjectivo. Deste modo, justifica-se, em nosso entender, que se adopte, em certos casos, uma atitude de cautela. Por outro lado, embora os textos clássicos, nomeadamente Políbio, sugiram uma grande uniformidade na implantação de estabelecimentos militares romanos, o conhecimento concreto de algumas destas realidades tem demonstrado que, na prática, nem sempre a norma prevalece. Concretamente nas guarnições de menores dimensões a adaptação às condições topográficas, às necessidades e dimensões dos contingentes, ou outros factores diversos, justificam a adopção de soluções originais, que fazem de cada sítio um caso particular. É nesta perspectiva que nos colocamos ao abordarmos esta questão.

A existência de um espaço circular, assente num *podium*, fundamentou, em determinado momento dos trabalhos, a hipótese de se tratar de um lugar de função religiosa e/ou judicial. Uma interpretação como esta, contudo, explica apenas uma parte de todo o conjunto e encontra escasso apoio no espólio móvel e em outros elementos aí identificados. De facto, do interior deste núcleo provêm, no que toca à cerâmica, quase exclusivamente vasilhas de grandes dimensões, catorze no total, entre talhas, bacias e alguidares, especialmente concentradas junto à estrutura de adobe (v. Fig. 15 e n. 854 da Fig. 16). Se tivermos em conta que este tipo de recipientes eram preferencialmente usados na higiene ou na preparação ou armazenagem de alimentos e atendermos ao facto de, entre as particularidades mais salientes, se encontrar uma estrutura que pode ser um hipocausto ou um forno e uma lareira particularmente grande, é de considerar as hipóteses de estarmos perante um espaço utilizado como balneário ou cozinha. A primeira hipótese parece ganhar força pela comparação com estruturas similares de campos fortificados da Britânia (WILSON, 1980, pp. 20-21 e 62-63).

No entanto, também estas interpretações deparam com algumas dificuldades, quer pelo facto de não se conhecerem paralelos exactos para esta época, quer por não se integrarem, no respeitante às cozinhas, no que se conhece dos hábitos de vida dentro do acampamento. A alimentação, por quanto se sabe, era preparada individualmente pelo que dificilmente se justificariam instalações específicas que duplicariam as que já se encontraram nas casernas. A serem destinadas apenas às chefias, não se compreende a razão das suas grandes dimensões. Parece-nos, pois,

que embora se possam considerar estas hipóteses, os dados disponíveis não permitem resolver definitivamente a questão.

O "Sector B", o mais recente a ser escavado em extensão, veio permitir o conhecimento de uma área de casernas, elemento fundamental para a caracterização das tropas ali estacionadas. As observações feitas no que diz respeito às estruturas, não são muito diferentes dos seus paralelos peninsulares. Trata-se de um conjunto de compartimentos equipados com lareira e, num dos casos, com aquilo que SCHULTEN (1929: 27-8, Taff. 6, 9, 18 e 19) definiu como *triclinia*. Foi possível individualizar dois tipos de lareira: um mais complexo, tendo como pavimento um lageado cuidadosamente elaborado e protegendo-se a área de fogo com duas pedras ao alto e uma placa de argila; outro constituído apenas por uma plataforma de pedras em que assenta uma camada de argila.

É neste núcleo de construções que vemos reflectidos os elementos constituintes do quotidiano das tropas ali estacionadas. Para além do armamento, neste caso representado apenas por uma ponta de lança e alguns elementos de bainha de espada ou punhal, em ferro, são fundamentalmente artefactos relacionados com as actividades normais do dia-a-dia. Predominam os que associam à armazenagem, preparação e consumo de alimentos - ânforas, talhas, panelas, púcaros (de cerâmica comum) e copos (de cerâmica de "paredes finas"); não faltam também as moedas, as lucernas, destinadas estas à iluminação dos compartimentos, tendo-se recolhido ainda, um elemento de arreio, em ferro.

Entre as actividades normalmente desenvolvidas no interior de um estabelecimento deste tipo contam-se as de produção e reparação quer do armamento indispensável, quer de artefactos com funções diversas. Deste modo, a forjadura e fundição de ferro e, provavelmente, de bronze encontram-se documentadas na Lomba do Canho, por quantidades apreciáveis de escórias de fundição. Identificou-se uma particular concentração destes vestígios na zona W do "Sector Q", sem que, no entanto, se pudesse referenciar qualquer estrutura associada a estas funções, nem foi possível determinar, inclusivamente, se corresponderia à produção de material bélico ou de artefactos destinados a outros fins.

De fabrico local parecem ter sido as *glandes plumbeae*, de que se recolheram diversos exemplares. Este tipo de projecteis é geralmente produzido a partir da fusão do metal, vertido em moldes de argila. No entanto, podiam obter-se igualmente, por dobragem e martelagem de uma chapa de chumbo, a frio, dando-se, por este modo, a estes objectos uma forma idêntica à obtida pelo outro processo. Foi este último o método utilizado no fabrico das *glandes* da Lomba do Canho. De facto, para além dos exemplares citados, foi recolhido no local uma placa de chumbo que parece, pelos cortes que apresenta, ter servido para este fim (GUERRA, no

prelo). Contudo, não resulta fácil saber se esta artesanaria se efectuava em algum lugar específico.

Foi sempre nossa preocupação, ao longo das últimas campanhas, definir o tipo de estruturas defensivas que a guarnição possuía. No entanto, as características do sítio e as vicissitudes a que esteve submetido tornaram esta tarefa difícil. Com este objectivo, decidimos, em 1982, realizar uma sondagem no que considerámos ser o limite Sul do campo militar. Apesar de o local ter sido profundamente alterado pela actividade das pedreiras identificou-se um espesso muro que não hesitámos em considerar a muralha da guarnição. A dificuldade que a sua escavação trouxe e o curto espaço de tempo em que decorreu permitiu apenas definir a face interior da mesma (v. Fig. 8).

### 3. CARACTERIZAÇÃO E CRONOLOGIA DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO.

A estação arqueológica da Lomba do Canho constitui, sem dúvida, um lugar de estabelecimento militar romano. As principais provas que concorrem para esta classificação são: em primeiro lugar, a grande quantidade e diversidade de material bélico ali recolhido. Dentre este material destacam-se, pela sua abundância, as pontas de *pila catapultaria*, em ferro, com alvado para encabamento e extremidade piramidal, de que se recolheram mais de duas centenas de exemplares, ao que julgamos, um dos maiores conjuntos de artefactos deste tipo em todo o mundo romano (v. Fig. 9, a-d). Estes projecteis destinavam-se a ser lançados por máquinas (catapultas) e constituíam uma arma típica nas situações de cerco, razão pela qual causa alguma perplexidade a sua abundância num sítio com estas características. Para além deste conjunto, recolheram-se diversos exemplares de outras armas de arremesso, tais como dardos de variados tipos e elementos de lança de que possuímos pontas e contos, em ferro (v. Fig. 10).

Dentro do exército, os diversos corpos militares distinguiam-se pela especificidade do seu armamento. Conhecemos menções nos textos clássicos a dardos de diversos tipos, designadamente aos *pila* constituídos por uma longa haste metálica de ponta piramidal maciça, de que se recolheram raros exemplares na Lomba do Canho, e a lanças (*hasta*). Não é fácil, no entanto, apurar qual a designação específica que seria dada a cada um dos tipos representados no local (v. Fig. 10). As *glandes plumbeae* completam o quadro do material bélico de arremesso representado entre o espólio exumado (v. Fig. 9, e-i).

Do restante armamento destacamos diversos elementos de bainhas de espadas e/ou punhais, em ferro (v. Fig. 12 b), embora apenas se tenha recolhido uma espada (v. Fig. 12 a). Os soldados romanos possuíam ainda capacetes e escudos. Dos primeiros não lográmos, até à data, recolher qualquer exemplar.; quanto aos segundos, estão representados por um fragmento de umbo, em ferro (v. Fig. 12 d).

Elementos típicos de estabelecimentos militares são ainda as estacas destinadas às tendas usadas em campanha. Embora o acampamento da Lomba do Canho tenha, aparentemente, apenas construções em pedra, foi recolhida no local uma dessas estacas (v. Fig. 12 c).

Outro elemento importante para a caracterização da Lomba do Canho consiste na natureza profundamente romana da maioria esmagadora do espólio cerâmico exumado, designadamente as cerâmicas de "paredes finas", lucernas, campanienses e ânforas, documentando um contexto cultural claramente alienígena; finalmente, a regularidade patente no urbanismo, que se afasta de forma concludente de todos os casos conhecidos de organização espacial interna do habitat pré-romano, em paragens tão setentrionais - se bem que, devemos confessá-lo, excluindo a área mais meridional da chamada "cultura castreja" do NW, pouco ou nada se conhece no restante território nacional, especialmente se tivermos em consideração que o suposto habitat da Idade do Ferro de Conimbriga é, na melhor das hipóteses, uma estrutura residencial pouco anterior à urbanização augústea e, de qualquer modo, nela integrada (ALARCÃO/ETIENNE, 1973).

Não interessará retomar aqui a discussão sobre a designação a atribuir ao estabelecimento - se *castrum*, se *castellum*, se outra - já apresentada em outros locais (GUERRA/FABIÃO, 1986 e *no prelo*). Consideramos suficiente a designação genérica de acampamento, sendo, inclusivamente, prematura qualquer tentativa de cálculo definitivo da zona ocupada e conseqüente extrapolação do número total de efectivos nele estacionado, devido à considerável exiguidade da área escavada. Parece-nos, no entanto, evidente, atendendo à topografia do local, que não se destinaria a um número muito elevado de soldados, pelo que funções relacionadas com o policiamento de uma zona recém-pacificada, ou com o controlo de alguma actividade específica se afiguram mais plausíveis, para explicar a sua presença nesta zona, do que qualquer acção de conquista, durante as quais, normalmente, o exército se deslocava em bloco - voltaremos ao assunto no cap. 5.

Uma questão pertinente é aquela que se prende com a hipotética existência de um habitat indígena no local, destruído pela chegada dos exércitos de Roma. Tal questão, levantada desde os primeiros trabalhos (NUNES, 1958a, 1958b e 1959), estribava-se

fundamentalmente nas seguintes observações : recolheram-se no local elementos metálicos de características inegavelmente indígenas, como os elementos de sítula, em bronze, ou as fíbulas de pé alto do tipo Schüle 4 h; apareceu também apreciável quantidade de cerâmica de fabrico manual e, finalmente, não seria de excluir a hipótese das excelentes condições para o assentamento humano proporcionadas pela Lomba do Canho poderem ter despertado o interesse das populações autóctones.

Lamentavelmente, ao fim de vários anos de investigações, não foi possível, ainda, fornecer uma resposta concludente a esta questão, se bem que, tudo concorra para que pensemos não ter existido, de facto, qualquer ocupação anterior. Em primeiro lugar, por não se ter logrado encontrar, em nenhum dos sectores estudados, qualquer situação de sobreposição estratigráfica de ocupações - com a ressalva, já assinalada, para as duas fases de construção das estruturas do "Sector Q"; em segundo lugar, por se ter identificado o substrato geológico imediatamente subjacente a muitas das áreas de habitat escavadas; finalmente, porque o numeroso conjunto de materiais actualmente disponível patenteia uma clara homogeneidade cronológica. Por tudo isto, somos levados a propôr, embora ainda a título provisório, a existência de uma única ocupação no sítio, o que, longe de lhe diminuir a importância, o torna, naturalmente, um sítio privilegiado para a caracterização da cultura material do Centro do actual território português, no século I a. C. .

As dúvidas eventualmente ainda existentes sobre a cronologia a atribuir aos materiais de evidente filiação cultural pré-romana, têm vindo a desvanecer-se com os progressos da investigação arqueológica no sítio e em outras zonas do país. Por exemplo, os elementos de sítula, em bronze, de que se têm multiplicado os achados semelhantes nos últimos anos, particularmente no NW peninsular, onde foram inegavelmente produzidos e parecem ter sido bastante apreciados, que eram tidos como produções tipicamente "castrejas" desde a publicação dos exemplares de Arganil (NUNES, 1958b), podem, afinal, ser originários das áreas meridionais - pelo menos os seus protótipos - como recentemente foi sugerido (SILVA, 1986, pp. 168-9) e, de qualquer forma, não existe qualquer evidência apontando uma datação anterior ao séc. I a. C. (*Ibid.*).

Quanto à cerâmica produzida sem o auxílio da roda de oleiro, a sua presença não implica, necessariamente, uma produção independente do acampamento militar, visto ser conhecida, em outros estabelecimentos congéneres, a prática de recorrer aos produtos cerâmicos da artesanaria indígena para prover as necessidades quotidianas (PEACOCK, 1980, pp. 11 e 149; ETTLINGER, 1977 e DARLING, 1977) não se sabendo - neste caso, como em tantos outros - se apenas pela aquisição das peças, ou se pela

incorporação de oleiros entre os auxiliares do destacamento. Refira-se, ainda, que todos os exemplares recolhidos em contextos seguros, pertenciam inequivocamente aos níveis de ocupação romanos (FABIÃO/GUERRA, 1987).

Finalmente, no respeitante às fíbulas, os exemplares pertencentes ao tipo 4 h de Schüle enquadram-se perfeitamente nos contextos militares romanos, como o demonstra os achados dos acampamentos do cerco de Numância (SCHULTEN, 1929, Taf. 51,8 e 10), do acampamento de Cáceres el Viejo (ULBERT, 1984, Taf. 9, n. 34/41) e do Castelo da Lousa, Mourão (PONTE, 1980, p. 118), onde têm sido interpretados como adereços pertencentes aos corpos de auxiliares indígenas integrados nos destacamentos militares.

Na datação de um sítio arqueológico com as características da Lomba do Canho assume particular importância o espólio monetário. Foi precisamente com base nas moedas que Hildebrandt estabeleceu a cronologia e hipotética duração dos acampamentos do cerco de Numância e de Cáceres el Viejo (in: ULBERT, 1980, pp. 257-97). No entanto, como bem frisou A. Faria (1982 e 1984-5, p. 42), o número de numismas recolhido até à data em Arganil, se bem que significativo, é ainda insuficiente para este desiderato. Compõe-se, o conjunto, de moedas de cunhagem hispânica, em bronze, - de Obulco, Myrtilis, Malaka e Conobarria - cunhagens itálicas, em bronze e em prata (seis denários e um quinário), sendo o exemplar de cronologia mais recente o denário de *L. Aemilius Lepidus Paullus*, datável de 62 a. C. (FARIA, 1982, p. 6 e 1984-5, p. 39).

Para além das moedas, outros conjuntos de artefactos podem contribuir para uma aferição da cronologia do sítio e, como se verá, todos são concordantes. Tomaremos em consideração, por serem os que possibilitam datações mais seguras, os conjuntos da cerâmica campaniense, lucernas, fíbulas e ânforas.

O conjunto das cerâmicas campanienses apresenta materiais com grande homogeneidade de fabrico, de proveniência itálica, todos inseríveis no grupo da campaniense B ou afins. Não existe uma grande variedade de formas, mas o conjunto corresponde ao das associações típicas dos meados do séc. I a. C., com doze (eventualmente treze) exemplares de páteras das F 2230-2280 de Morel (1981), sendo de realçar os que possuem uma canelura larga na parede exterior, abaixo do bordo (v. Fig. 13, n. 9), semelhante à F 2272 a 1, recolhida no naufrágio do Titan, de época Cesariana (*Ib.* I, p. 64, 158; II, p. 43) e com alguns paralelos em estações portuguesas (FABIÃO/GUERRA, 1985-86); três (eventualmente quatro) exemplares da F 2300 de Morel (v. Fig. 13, n. 11) e dois (possivelmente três exemplares) da F 7500 (v. Fig. 13, n. 10), para além de outros fragmentos que não permitem identificação segura (*Ibidem*).

As lucernas documentam também um conjunto tipicamente tardo-republicano. Recolheram-se dois exemplares enquadráveis no tipo H de Ricci (1973), os chamados "tipos helenísticos", apresentando um deles uma decoração fállica entre o disco e o bico, enquanto o outro ostenta, na mesma zona, o que parece ter sido uma marca impressa, já muito apagada (v. Fig. 14, n. 3). As decorações fállicas em lucernas deste tipo estão abundantemente representadas no acampamento de Cáceres el Viejo (ULBERT, 1984, pp. 151-3, 240-1 e Taf. 41 e 56); enquanto que as marcas do segundo tipo têm suscitado interpretações contraditórias - uma, recolhida no *forum* cesariano de Roma, foi lida como um S por Ricci (1973, p. 225, Fig. 32) e outra, aparentemente idêntica, recolhida no naufrágio de Colonia de San Jordi, Maiorca, foi interpretada como uma invocação de Tanit em caracteres púnicos (CERDA JUAN, 1980, p. 66 e Fig. 94).

As lucernas deste tipo começaram a difundir-se no séc. II a. C., mas encontram-se frequentemente em contextos do séc. I a. C. (RICCI, 1973, pp. 225-6). No actual território português conhecemos apenas um exemplar publicado, recolhido em Alcácer do Sal (ALMEIDA, 1953, p. 149 e Est. 30 n. 1).

Mas, os tipos de lucernas mais representados na Lomba do Canho são os Dressel 2 e 3 e suas variantes, dos quais se recolheram oito exemplares, entre fragmentos e peças inteiras. Constituem as produções típicas do mundo romano ao longo do séc. I a. C..

Neste conjunto, existem duas marcas: uma é constituída por um N maiúsculo com as extremidades das hastes rematadas por depressões circulares; a outra encontra-se fragmentada e apresenta uma combinação de círculos. A primeira, está impressa sobre o fundo de uma lucerna sem asa, com uma única aleta lateral e decorada com "ovas" no *margo* (v. Fig. 14, n. 2). Pela forma, poderia ser integrada no tipo Dr. 1B de um só bico, no entanto, pela decoração, enquadra-se preferencialmente no grupo das Dr. 2, definido por Ricci; o facto destas marcas se encontrarem associadas a lucernas deste tipo (RICCI, 1973, Fig. 34, nn. 23-27 e ARXÉ I GÁLVEZ, 1982, pp. 37, 44, 59-60 e 73-4) leva-nos a preferir esta classificação para o nosso exemplar. Quanto à segunda marca, impressa, igualmente, sobre o fundo de uma lucerna, do tipo Dr 3, com duas aletas laterais e sem decoração, pode não estar completa por se encontrar lascada a superfície que a ostenta (v. Fig. 14, n. 1). Não encontramos, para ela, qualquer paralelo idêntico, se bem que sejam conhecidas várias combinações de círculos marcando lucernas dos tipos Dr 2 e 3 (RICCI, 1973, Fig. 34, nn. 4-9 e 13-15 e ARXÉ I GÁLVEZ, 1982, pp. 42, 45 e 67).

As restantes peças e fragmentos pertencem a exemplares dos tipos Dr 2 e 3, com especial incidência, aparentemente, para os enquadráveis no primeiro, sendo muito frequentes as decorações de

"ovas" sobre o *margo*. É de excluir qualquer hipótese de produção local ou regional peninsular para estes produtos. Pelas pastas, muito depuradas e claras, pelos vernizes, bem aderentes e de tonalidades avermelhadas - exceção feita aos exemplares do tipo H de Ricci e ao exemplar com a marca N - a origem das lucernas da Lomba do Canho deve situar-se nos ateliers do Centro da Península Itálica. A difusão destas produções no Mediterrâneo Ocidental pode ter-se realizado - tal como a cerâmica campaniense - nas naves que transportavam o vinho itálico, na condição de complemento de carga, como os achados do naufrágio de La Madrague des Giens (Var) parecem documentar (TCHERNIA/ POMEY/ HESNARD, 1978, p. 16).

O conjunto das lucernas da Lomba do Canho constitui o mais numeroso e significativo de época tardo-republicana, até hoje conhecido em Portugal e a sua composição pode fornecer dados relevantes para precisar a datação do sítio. Em primeiro lugar, a presença dos exemplares do tipo H de Ricci aponta de forma inequívoca a antiguidade da ocupação; mas, além disso, é interessante comparar o nosso conjunto com o de Ampúrias - o mais numeroso publicado na Península Ibérica - onde se verifica que os tipos Dr 2 e 3 são amplamente majoritários nos três primeiros quartéis do séc. I a. C., passando a ser o tipo Dr 4 - ausente em Arganil - o mais representado nos níveis do último quartel do mesmo séc. e primeiros anos do seguinte (ARXÉ I GÁLVEZ, 1982, pp. 71-7). Salvaguardando as naturais diferenças entre os dois locais, não deixa de ser interessante esta particularidade cronológica que concorre com os outros elementos para a aferição da datação da Lomba do Canho.

No respeitante às fíbulas, o tipo mais representado é o de Nauheim (v. Fig. 11, n. 1-3), com um total de nove exemplares, de que se publicaram dois recolhidos nos primeiros trabalhos (NUNES, 1959). Tais fíbulas, como já se defendeu (*Idem*, pp. 21-2), documentam a introdução e difusão das produções de La Tène III centro-europeias, no actual território português, no âmbito da conquista militar romana, como bem o demonstram os achados dos acampamentos do cerco de Numância (SCHULTEN, 1929, p. 213 e Taf. 31, n. 1 e 5) e Cáceres el Viejo (ULBERT, 1984, pp. 53-8, Taf. 7, nn. 15-16 e Taf. 8, nn. 17-21), bem como o exemplar de La Tène III, mas não de tipo Nauheim, do Castelo da Lousa, Mourão (PAÇO *et alii*, 1965, n. 27).

A presença destas fíbulas em tão significativa quantidade em estabelecimentos militares romanos não deixa de ser perturbadora - recorde-se que, tradicionalmente, este tipo tem sido considerado um adereço feminino - sendo de pensar que, tal ocorrência, poderá corresponder a uma de duas situações, que, no entanto, não se excluem: ou não é de todo feminina e pertencia ou aos próprios soldados romanos, ou aos auxiliares enquadrados no exército; ou

documenta a presença de populações civis, extra-peninsulares, acompanhando o avanço da conquista militar (NUNES, 1959, pp. 213).

O tipo Nauheim encontra-se bem documentado em sítios arqueológicos do actual território português, infelizmente nem sempre bem datados, designadamente em Conimbriga (PONTE, 1973 e ALARCÃO *et alii*, 1979, pp. 109-126); Vaiamonte, Monforte (SANTOS, 1973 e PONTE, 1985); Pedrão, Setúbal (SOARES/SILVA, 1973 e PONTE, 1983); etc. ... É curioso constatar que este tipo se encontra, até ao momento, totalmente ausente nos povoados do Noroeste Peninsular, o que não deixa de suscitar alguma estranheza. Os lugares mais setentrionais, do actual território português, onde se encontra documentada são justamente Conimbriga e a Lomba do Canho.

O segundo tipo mais abundantemente representado é o anular romano, ou "em omega" (v. Fig. 11, 7-9), de que se recolheu um provável exemplar do tipo Fowler B e 4 exemplares do tipo Fowler B 1. Embora a longa duração da produção e uso destas fíbulas as torne irrelevantes para precisar qualquer cronologia de um contexto arqueológico, julgamos que a sua ocorrência no acampamento de Arganil vem alertar para a necessidade de uma maior cautela na habitual prática de atribuir datações baixas a estes materiais.

Infelizmente, a mesma longa duração se encontra atestada para os tipos Schüle 4 h, de que se recolheram dois exemplares, para o tipo de charneira com arco triangular estriado, de que se recolheu um exemplar, ou para o tipo de mola bilateral e arco filiforme de que também se recolheu um.

O que se torna verdadeiramente importante nas fíbulas da Lomba do Canho é a possibilidade de datar com relativa precisão um conjunto com estas características. Bons paralelos podem observar-se nos acampamentos do cerco de Numância (SCHULTEN, 1927, pp. 259-63 e 1929, pp. 208, 213 e 218) e de Cáceres el Viejo (ULBERT, 1984, pp. 50-69); no actual território português, temos os conjuntos de Conimbriga (PONTE, 1973 e ALARCÃO *et alii*, 1979, pp. 109-126), Vaiamonte (SANTOS, 1973 e PONTE, 1985) e Pedrão (SOARES/SILVA, 1973 e PONTE, 1983), estando ausentes, nos dois últimos sítios, as fíbulas em omega.

É interessante verificar, também, que o tipo Schüle 4 h, tradicionalmente chamado "tipo transmontano" (v. Fig. 11,4-5), não só se encontra escassamente representado na área a Norte do rio Douro - dezasseis exemplares publicados, ou referidos, por Salete da Ponte (1980, p. 118 e 1984, p. 114 e nn. 22-31) e mais um publicado por A. C. Ferreira da Silva (1986, p. 220, n. 398, Est. 104, 12), a fraca representação do tipo, nesta zona, é reforçada pela carta da Est. 7 deste trabalho - como mal datados, ou com datações tardias, como é o caso do proveniente do Monte Mòzinho,

Penafiel, recolhido num contexto do séc. I d. C. (PONTE, 1984, p. 115), idêntica cronologia existe para um exemplar de Conimbriga (*Ibidem*); enquanto que em áreas mais meridionais se vêm multiplicando os achados, muito numerosos e seguramente de cronologia antiga, como em Vaiamonte - onde aparecem nada menos de cento e três exemplares, pertencentes a quatro variantes (SANTOS, 1973 e PONTE, 1985, p. 140) - no Pedrão, no acampamento de Cáceres el Viejo, onde se recolheram oito exemplares, no Castelo da Lousa, Mourão, e em tantos outros sítios (PONTE, 1980, pp. 118-9). Tal quadro de distribuição e cronologias é, no mínimo, bizarro para um tipo que se pretende originário da região a Norte do rio Douro...

Os autores que se têm debruçado sobre o tema, desde Schüle a F. da Silva, passando por Salete da Ponte, concordam em situar na Meseta os centros de difusão primitiva deste tipo. Sem questionar a sua origem mesetenha, julgamos que se pode propôr, preferencialmente, uma difusão para Norte, não por via directa, mas a partir do Sul, eventualmente já sob a influência romana, ficando desta forma explicada a baixa cronologia de, pelo menos, um exemplar no Noroeste, assim como a sua significativa presença em áreas mais meridionais com evidentes vestígios de uma precoce influência itálica, ou a sua associação aos estabelecimentos militares romanos. Para todos os efeitos, achamos incorrecta a manutenção da designação de "tipo transmontano" para estes materiais, sendo preferível classificá-los, simplesmente, como tipo 4 h de Schüle, que não os vincula a uma região específica.

Dentro dos materiais de cronologia relativamente precisa, assinalem-se, ainda, as ânforas. Estes recipientes assumem especial significado por fornecerem informações sobre os hábitos alimentares das tropas estacionadas na Lomba do Canho. Efectivamente, as ânforas não eram mais do que meros contentores, cuja importância dependia, essencialmente, do seu conteúdo. Eram normalmente utilizadas para transportar, à distância, produtos alimentares, particularmente vinho, azeite e produtos piscícolas. O conjunto da Lomba do Canho é extremamente interessante, visto documentar, em paralelo, as importações vinárias itálicas, expressas nas ânforas da classe 4 de Peacock/Williams (1986) - as típicas Dr 1 B (v. Fig. 13, nn. 7-8) - e um conjunto de produções presumivelmente do Mediterrâneo Ocidental, com especial relevância para as ânforas que considerámos pertencerem a uma nova classe, a 67 (FABIÃO, 1987, pp. 90-97), de conteúdo piscícola, caracterizada por possuir corpo ovóide, lábio arredondado ou ovalado, ostentando uma moldura saliente na ligação ao colo, que é curto, tal como as asas (v. Fig. 13, nn. 3-6).

Muito mais do que possibilitar grandes precisões cronológicas, o conjunto de ânforas deste sítio arqueológico distingue-se por apresentar características marcadas por uma forte originalidade,

onde se destaca a maioritária presença da citada classe 67. Esta, documentada em inúmeros locais do ocidente mediterrânico, designadamente em Thamusida (CALLU *et alii*, 1965) e Sala (BOUBE, 1979-80, p. 100), no Norte de África; em Bolonia (DOMERGUE, 1973), no Cerro del Mar (ARTEAGA, 1985), ambos na zona de Cádiz; no naufrágio de San Ferreol, na costa de Cartagena (MAS, 1982), entre outros; encontrando-se bem representada em sítios arqueológicos do actual território português, nomeadamente em Alcácer do Sal (SILVA *et alii*, 1980-1, pp. 195-7, n. 277); no povoado do Pedrão (SOARES/SILVA, 1973, pp. 251 e 267, Est. 6, n. 42); no vale do Tejo, em achado subaquático (DIOGO, 1987, p. 112 e Fig. 2, n.1) e em Santarém (DIOGO, 1984, pp. 125-6, 128 e Est. 4, n. 31-3); e em Vidais, Marvão (ARRUDA/CATARINO, 1981, pp. 186-8, Fig. 16).

Esta significativa presença no ocidente mediterrânico, aliada à fraca representação em outros sítios de época romana, designadamente em Albintimilium, onde aparecem em quantidade semelhante à de outras produções ocidentais (LAMBOGLIA, 1955), reforça a ideia de um fabrico destas paragens, que bem pode ter tido o seus centros no Sul da Península Ibérica, para além do Norte de África onde aparentemente se produziu (BOUBE, 1979-80, p. 100). A confirmar-se a origem peninsular destas ânforas, não só se explicaria o aparente hiato, actualmente existente, na produção de contentores para preparados piscícolas da Hispânia, como se contribuiria para uma outra compreensão do extraordinário vigor comercial que a Bética denota desde os primeiros tempos do imperialato de Augusto (FABIÃO, 1987, pp. 173-9).

Por tudo o que atrás ficou exposto e embora sublinhemos, uma vez mais, o carácter ainda precário destas considerações, devido à escassez da área escavada, parece-nos evidente, pelos materiais recolhidos, que a ocupação do acampamento romano da Lomba do Canho deve situar-se num período de tempo não muito longo pelos meados do séc. I a. C..

O facto de possuímos materiais de cronologia segura e extremamente importante, visto permitir um correcto enquadramento de outros conjuntos de artefactos, normalmente de difícil datação. Dentro desta categoria encontram-se as chamadas cerâmicas de uso comum, de que destacamos as de fabrico manual, já atrás referidas, que patenteiam grande diversidade de formas, tamanhos e, necessariamente, de funções. Desde os grandes recipientes abertos (Fig. 16, n. 513 e 854), até às painéis de diferentes tamanhos (Fig. 16, n. 503 e 508) - este último quase merecedor da designação de copo - até às painéis com asas (Fig. 16, 510) (*Ibidem*).

Mas nem só a artesanaria local abastecia o estabelecimento militar de Arganil. De facto, para além das cerâmicas atrás referidas (campaniense, ânforas e "paredes finas"), também outras

produções alienígenas de uso comum aqui chegaram. Entre elas merecem especial destaque dois almofarizes (Fig. 17, n. 511 e 532) de evidente produção extra-peninsular. Tem sido notada, por diversos investigadores, a abundância destes recipientes nos estabelecimentos militares romanos, onde poderiam ter sido utilizados como pratos (VEGAS, 1973, p. 32). No entanto, o facto de apenas se terem recolhido dois exemplares não autoriza a defesa, para o local, desta generalização.

Ainda no domínio das cerâmicas comuns merecem especial destaque os exemplares de cerâmica cinzenta fina polida, com decorações brunidas (Fig. 17, n. 509 e 576) ou impressa com matriz (Fig. 17, n. 533). Aqui se documenta, pela primeira vez de forma inequívoca, uma cronologia mais antiga do que a que era geralmente atribuída a estas produções (FABIÃO/GUERRA, 1987, pp. 297-8).

Para além da evidência manifestada pelos artefactos de datação segura, outras razões - naturalmente menos consistentes - se podem somar, designadamente o facto de não existir qualquer fragmento de terra sigillata, ou qualquer moeda de cunhagem augustea; sendo significativas estas ausências se tomarmos em consideração que se atribui aos anos 30 a. C. a chegada dos exemplares precoces das primeiras, associadas às movimentações militares (ALARCÃO, 1971, p. 421), ou que as cunhagens de Carísio, de 27/25 a. C., com significativa distribuição pelo actual território português, se destinavam precisamente a pagar aos soldados envolvidos em campanhas (PEREIRA et alii, 1974, pp. 208-9, Mapa 4 e p. 212, nota 23). É, pois, de excluir qualquer ligação entre a guarnição da Lomba do Canho e o tesouro de denários de Augusto, datado de 14 a. C., aparecido na Moura da Serra, Arganil.

Refira-se, finalmente, que a informação transmitida pelas fontes literárias, sobre os sucessos das campanhas militares de conquista do ocidente peninsular pelos exércitos de Roma é concordante com a cronologia da Lomba do Canho.

#### **4. ENQUADRAMENTO DO ACAMPAMENTO DA LOMBA DO CANHO NAS OPERAÇÕES MILITARES DE CONQUISTA DO ACTUAL TERRITÓRIO PORTUGUÊS.**

O estudo de um estabelecimento com as características do acampamento militar da Lomba do Canho não deixa de suscitar, naturalmente, uma tentativa de inserção no quadro das campanhas, de conquista e ocupação do actual território português, promovidas por Roma e conhecidas pelas fontes literárias.

A primeira campanha realizada em território hoje português pelos romanos foi a de Júnio Bruto de 138-7 a. C.. Nela, o procônsul estabeleceu fortes bases militares no vale do Tejo, em Olisipo e Móron (Estr. III, 3, 1-2) e dali partiu para Norte, evitando deliberadamente o confronto com as populações de montanhese, mas procurando dominar os principais povoados indígenas (FHA 4, pp. 135-6). Com base nestas informações, J. Alarcão (1983, p. 36) conjecturou para o percurso do "Galaico" o trajecto que viria a constituir a estrada romana de Olisipo a Bracara, ou seja, um percurso fundamentalmente litoral. Tal interpretação afigura-se plausível atendendo a que: o procônsul baseou na eficácia da via marítima os seus abastecimentos (por esta razão, estabeleceu a forte rectaguarda no vale do Tejo); para evitar as zonas montanhosas não deveria ter ultrapassado o chamado Maciço Marginal, mantendo-se por isso sempre ao longo da plataforma litoral. Assim sendo, é de excluir qualquer passagem desta campanha pela zona de Arganil, podendo acrescentar-se ainda que, pela instabilidade revelada por toda a região de entre Douro e Tejo, até quase aos meados do séc. I a. C., não é de admitir a presença de um centro militar das dimensões da Lomba do Canho em local tão avançado e, necessariamente, tão desapoiado. Não cremos, pois, que date desta época a fundação do acampamento.

No período que se segue à campanha do "Galaico" e até ao ano de 96 a. C. poucas informações possuímos sobre o extremo ocidental da Península. Chegaram-nos, no entanto, várias indicações que denotam ter continuado, a região, a ser área conflituosa e, de modo algum, segura para os romanos. Nos anos de 96-94 a. C., Públio Crasso, o novo procônsul da Ulterior, efectuou uma grande expedição de reconhecimento que, pelo interior, o teria levado até à Galiza. Na opinião de Tranoy (1981, pp. 129-32 e nota 47) a sua intenção seria reconhecer e iniciar o controlo das zonas de extracção do estanho peninsular. Embora seja extremamente difícil reconstituir o trajecto da sua campanha, sabemos que terá seguido um percurso interior, não sendo de excluir, por isso, a hipótese de datar dessa época o primeiro contacto dos romanos com a região de Arganil, zona rica em estanho e em ouro de aluvião - voltaremos ao assunto no cap. 5.

Seguidamente, durante as Guerras Sertorianas (82-72 a. C.), pelo teatro das operações se situar em zonas mais meridionais - excepção feita à expedição de Perpina, um dos legados de Sertório, a Cale (FHA 4, p. 233) - toda a área setentrional deverá ter ficado entregue a si própria, sendo pouco verosímil associar a Lomba do Canho quer às posições do rebelde romano, quer às dos seus opositores.

É, portanto, pela década de 60 a. C., que uma mais efectiva ocupação do entre Douro e Tejo, por parte dos romanos, se deve ter

iniciado, particularmente com as campanhas de César contra as populações dos Montes Hermínios, realizadas nos anos de 61-60 a. C. (FHA 5, pp. 6-12). Como vimos, os materiais arqueológicos da Lomba do Canho são concordantes com esta cronologia e, uma vez mais na opinião de Tranoy (1981, pp. 131-2), a necessidade de controlar as zonas ricas em estanho e ouro teria constituído um forte estímulo para estas movimentações.

A partir das campanhas cesarianas a presença efectiva e permanente de contingentes militares na Lusitânia passa a ser referida constantemente nas fontes literárias. Embora não seja fácil determinar o momento exacto em que uma estação arqueológica com as características da Lomba do Canho foi implantada, afigura-se fortemente plausível que a ocupação tenha decorrido fundamentalmente nesta época.

##### 5. RAZÕES DA IMPLANTAÇÃO E ABANDONO.

É nossa convicção que a instalação de um contingente na Lomba do Canho teve na base uma justificação de ordem económica, ligada especificamente à exploração mineira, actividade que está aparentemente documentada na região desde épocas pré-históricas, para além de se tratar de uma região onde têm sido abundantes os registo de coutos mineiros em épocas recentes. Mesmo no sopé do cabeço em que se encontra o acampamento existem galerias, embora de cronologia indeterminada, e a exploração do ouro de aluvião nas areias do Alva e da Ribeira de Folques está igualmente documentada até quase à actualidade. Na própria vila de Arganil existem diversas galerias em relação às quais tivemos notícia de nelas terem aparecido lucernas. Recentemente, junto à igreja de S. Pedro, próximo da confluência da Ribeira de Folques com o Rio Alva, numa área em que abundam materiais que atestam uma ocupação romana, pelo menos de período imperial, Gonçalo Castro Nunes identificou novas galerias em que se atesta uma exploração antiga. Nas margens do Alva, pelo menos desde Arganil à Ponte da Mucela são conhecidos vestígios dessa mesma actividade, as "frentes mineiras do Alva" (DAVEAU et alii, 1986, p. 381 e fig. 76) correspondentes a grandes aglomerados de seixos rolados submetidos a lavagem, resultantes do desmonte das superfícies dos terraços fluviais. Um dos núcleos mais importantes situa-se precisamente na margem direita do rio, defronte da Lomba do Canho (*Ibidem*).

Temos, pois, amplas razões para acreditar que este tenha sido o motivo essencial do assentamento militar e essa convicção acentua-

se se tivermos presente que muitos chefes romanos, entre eles César, resolveram os seus problemas económicos com estadias mais ou menos prolongadas no Ocidente da Península. Para além disto, as dimensões e estrutura do acampamento correspondem mais às de um estabelecimento permanente, para um pequeno contingente, que às de um aquartelamento provisório de campanha ocupado por um grande destacamento, pelo que poderia perfeitamente funcionar como centro coordenador da actividade mineira.

Quanto ao abandono do local as incertezas são maiores. Pelo que expusemos, ele deve situar-se ainda em período pré-augústeo, mas são pouco claras as razões dessa ocorrência. A hipótese de relacionar esse facto com os conflitos entre César e Pompeio encontrou eco no facto de, como a evidência arqueológica o parece demonstrar, o abandono ter sido precipitado. O material bélico acumulado, a grande quantidade de projectéis dispersos, a abundância de vestígios deixados "in situ", são alguns dos factos que nos levam a considerar essa hipótese muito provável. Por outro lado, não conhecemos, no âmbito cronológico em que se situa o abandono, outros acontecimentos que o pudessem justificar. Não pretendemos, contudo, defender, com isto, a existência de um confronto entre cesarianos e pompeianos, no local, mas, sim, relacionar o seu abandono com a instabilidade vivida na Península Ibérica nesse período.

## BIBLIOGRAFIA:

ALARCÃO, A. M. 1971

A "terra sigillata" itálica em Portugal, in "Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra, 1970), vol. II, Coimbra, pp. 421-432.

ALARCÃO, J. 1983

*Portugal romano*, 3ª ed., Lisboa, Verbo

ALARCÃO, J./ ETIENNE, R. 1973

Note sur un habitat de l'Age du Fer à Conimbriga, in "Cinquentenaire de la création en Bretagne de l'enseignement du Portugais (Rennes, 1971). Échanges et Rapports", vol. I, Paris, pp. 29-44.

ALARCÃO, J. et alii 1979

*Fouilles de Conimbriga, VIII. Trouvailles diverses. Conclusions générales*, Paris, Diffusion Bocard.

ALMEIDA, J. A. F. 1953

Introdução ao estudo das lucernas romanas em Portugal, in "O Arqueólogo Português", n.s., 2, pp. 5-208.

ARRUDA, A. M./ CATARINO, H. 1981

Nota acerca de alguns materiais da II Idade do Ferro do complexo arqueológico de Vidais (Marvão), in "Clio", 3, pp. 183-188.

ARTEAGA, O. 1985

Excavaciones arqueológicas en el Cerro del Mar (Campanha de 1982). Una aportación preliminar al estudio estratigrafico de las anforas púnicas y romanas del yacimiento, in "Noticiario Arqueológico Hispanico", 23, pp. 197-233.

ARXÉ I GÁLVEZ, J. 1982

*Les llanties tardo-republicanes d'Empuries*, M.E., 5, Barcelona.

BOUBE, J. 1979-80.

Amphores préromaines trouvées en mer au voisinage de Rabat, in "Bulletin d'Archéologie Marocaine", 12, pp. 99-109.

- CALLU, J.-P. et alii 1965  
*Thamusida I*, Suppl. 2 de M. E. F. R. A., Paris.
- CERDA JUAN, D. 1980  
*La nave romana republicana de la Colonia de Sant-Jordi des Salines*, Palma de Maiorca.
- DARLING, M. J. 1977  
*Pottery from early military sites in Western Britain*, in DORE, I. & GREENE, K. (eds.), *Roman Pottery in Britain and beyond*, B. A. R., S. S. 30, Oxford, pp. 57-100.
- DAVEAU, S. et alii 1985  
*Les bassins de Lousã et Arganil*, 2 vol., Memórias do C. E. G., 8, Lisboa.
- DIOGO, A. M. D. 1984  
*O material romano da 1ª campanha de escavações na Alcáçova de Santarém (1979)*, in "Conimbriga", 23, pp. 111-142.
- DIOGO, A. M. D. 1987  
*Anforas provenientes do rio Tejo (Salvaterra de Magos), no Museu do Mar*, in "Arqueologia", 16, pp. 112-4.
- DOMERGUE, C. 1973  
*Belo I. La stratigraphie*, Publications de la Casa Velazquez, Série Archéologique, 1, Paris
- ETTLINGER, E. 1977  
*Cooking pots at Vindonissa*, in DORE, I. & GREENE, K. (eds.) cit. DARLING 1977, pp. 47-56.
- FABIÃO, C. 1987  
*As ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho, Arganil*, Dissertação apresentada à F. C. S. H. da U. N. L. para discussão na prova de habilitações prevista nos artigos 53 e 58 do E. C. D. U. (policopiado).
- FABIÃO, C./ GUERRA, A. 1985-6  
*A cerâmica campaniense do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*, in "Clio-Arqueologia", 2, no prelo.
- FABIÃO, C./ GUERRA, A. 1987  
*Considerações preliminares sobre a cerâmica comum do acampamento romano da Lomba do Canho, Arganil*, in "Da Pré-

História à História. Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira, Lisboa, Ed. Delta, pp. 287-308.

FARIA, A. 1982

*Espólio monetário do acampamento romano da Arganil*, Trabalhos do Museu Regional de Arqueologia, 2, Arganil.

FARIA, A. 1984-5

*As moedas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*, in "Nummus", 2ª série, 7-8, pp. 37-42.

F. H. A.

SCHULTEN, A. 1937-40 - *Fontes Hispaniae Antiquae*, vol. IV e V, Barcelona, Libreria Bosch.

GUERRA, A., no prelo

*Acerca dos projecteis para funda da Lomba do Canho (Arganil)*, in "O Arqueólogo Português", 4.ª série, 5.

GUERRA, A. 1987

*Plínio o Velho e a Lusitânia*, Dissertação de Mestrado em Literaturas Clássicas apresentada à F. L. da U. L. (policopiado).

GUERRA, A./ FABIÃO, C. 1986

*Escavações na acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil): resultados preliminares*, Comunicação apresentada ao I Congresso Internacional de Historia Antigua Peninsular (Santiago de Compostela, 1986), policopiado.

GUERRA, A./ FABIÃO, C. no prelo

*Fortificações romanas do período de conquista no actual território português*, in "Actas do I Encontro sobre Animação dos Espaços Histórico-Militares (Elvas-Campo Maior, 1987)".

LAMBOGLIA, N. 1955

*Sulla cronologia delle anfore romane di età repubblicana (II e I secolo a. C.)*, in "Rivista di Studi Liguri", 22, pp. 41-170.

MAS, J. 1982

*Exacavaciones en el yacimiento submarino de "S. Ferreol" (Costa de Cartagena)*, in "IV Congreso Internacional de Arqueología Submarina", Cartagena, pp. 411-424.

- MOREL, J.-P. 1981  
*Céramique campanienne. Les formes*, 2 vol., B. E. F. A. R., 244, Roma
- NUNES, J. C. 1958 a  
*Broches-fíbulas em castros portugueses*, in "Zephyrus", 9 (2), pp. 231-33
- NUNES, J. C. 1958 b  
*Novos elementos para o estudo da arte castreja*, in "Revista de Guimarães", 68, pp. 5-17.
- NUNES, J. C. 1959  
*Fíbulas de tipo Nauheim no Castro da Lomba do Canho*, in "Revista de Guimarães", 69, pp. 5-23.
- NUNES, J. C. 1985  
*Acampamento romano da Lomba do Canho*, in "Informação Arqueológica", 5, p. 71.
- NUNES, J. C. 1986  
*Sob o signo do "ramo de ouro" virgiliano*, in VV. AA., *Virgílio e a Cultura Portuguesa (Actas do Colóquio do Bimilenário da Morte de Virgílio, Lisboa, 1981)*, Lisboa, I. N. C. M., pp. 281-298.
- PAÇO, A. et alii 1965  
*Castelo da Lousa, Mourão*, in "Boletim da Junta Distrital de Évora", 6, pp. 195-203.
- PEACOCK, D. P. S. 1980  
*Potery in the Roman world. An ethnoarchaeological approach*, London-New York, Longman
- PEACOCK, D. P. S./ WILLIAMS, D. F. 1986  
*Amphorae and the Roman economy. An introductory guide*, London-New York, Longman
- PEREIRA et alii 1974  
*Fouilles de Conimbriga. III. Les Monnaies*, Paris, Diffusion du Bocard.
- PONTE, M. S. 1973  
*Fíbulas pré-romanas e romanas de Conimbriga*, in "Conimbriga", 12, pp. 159-197.

- PONTE, M. S. 1980  
*A génese das fíbulas do Noroeste Peninsular*, in "Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular", vol. II, Guimarães, pp. 111-119.
- PONTE, M. S. 1983  
*Algumas fíbulas do distrito de Setúbal*, in "O Arqueólogo Português", 4ª série, 1, pp. 315-322.
- PONTE, M. S. 1984  
*Fíbulas de sítios a Norte do rio Douro*, in "Homenagem a D. Domingos Pinho Brandão" (Lucerna), Porto, pp. 111-144.
- PONTE, M. S. 1985  
*Fíbulas de Vaiamonte (Monforte)*, in "Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Lisboa, 1980)", Salamanca, pp. 137-158.
- RICCI, M. 1973  
*Per una cronologia delle lucerne tardo-repubblicane*, in "Rivista di Studi Liguri", 39 (2-4), pp. 168-234.
- SANTOS, M. F. 1973  
*Fíbulas recolhidas na Cabeça de Vaiamonte*, in "Anais da A. P. H.", 2ª série, 22, pp. 189-201.
- SCHULTEN, A. 1927  
*Numantia*, vol. III, München.
- SCHULTEN, A. 1929  
*Numantia*, vol. IV, München.
- SCHULTEN, A. 1945  
*Historia de Numantia*, trad. de L. Pericot García, Barcelona, Ed. Barne.
- SILVA, A. C. F. 1986  
*A cultura castreja no Noroeste Peninsular*, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira
- SILVA, C. T. et alii 1980-81  
*Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979)*, in "Setúbal Arqueológica", 6-7, pp. 149-218.

SOARES, J./ SILVA, C. T. 1973

*A ocupação do período proto-romano do povoado do Pedrão (Setúbal)*, in "Actas das II Jornadas Arqueológicas da A. A. P. (Lisboa, 1972), vol. I, Lisboa, pp. 245-305.

TCHERNIA, A./ POMEY, P./ HESNARD, A. 1978

*L'Épave romaine de la Madrague des Giens (Var)*, Supp. 34 de "Gallia", Paris, C. N. R. S..

TRANOY, A. 1981

*La Galice romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'antiquité*, Paris.

ULBERT, G. 1984

*Caceres el Viejo, ein spatrepublikanisches Legionslager in Spanisch Estremadura*, "Madrider Beitrage", 11, Mainz.

VEGAS, M. 1973

*Ceramica comun romana del Mediterraneo Occidental*, Barcelona.

WILSON, R. 1980

*Roman Forts. An illustrated introduction to the garrison posts of Roman Britain*, Londres, Bergstrom and Boyle.

Figura 1



Figura 2

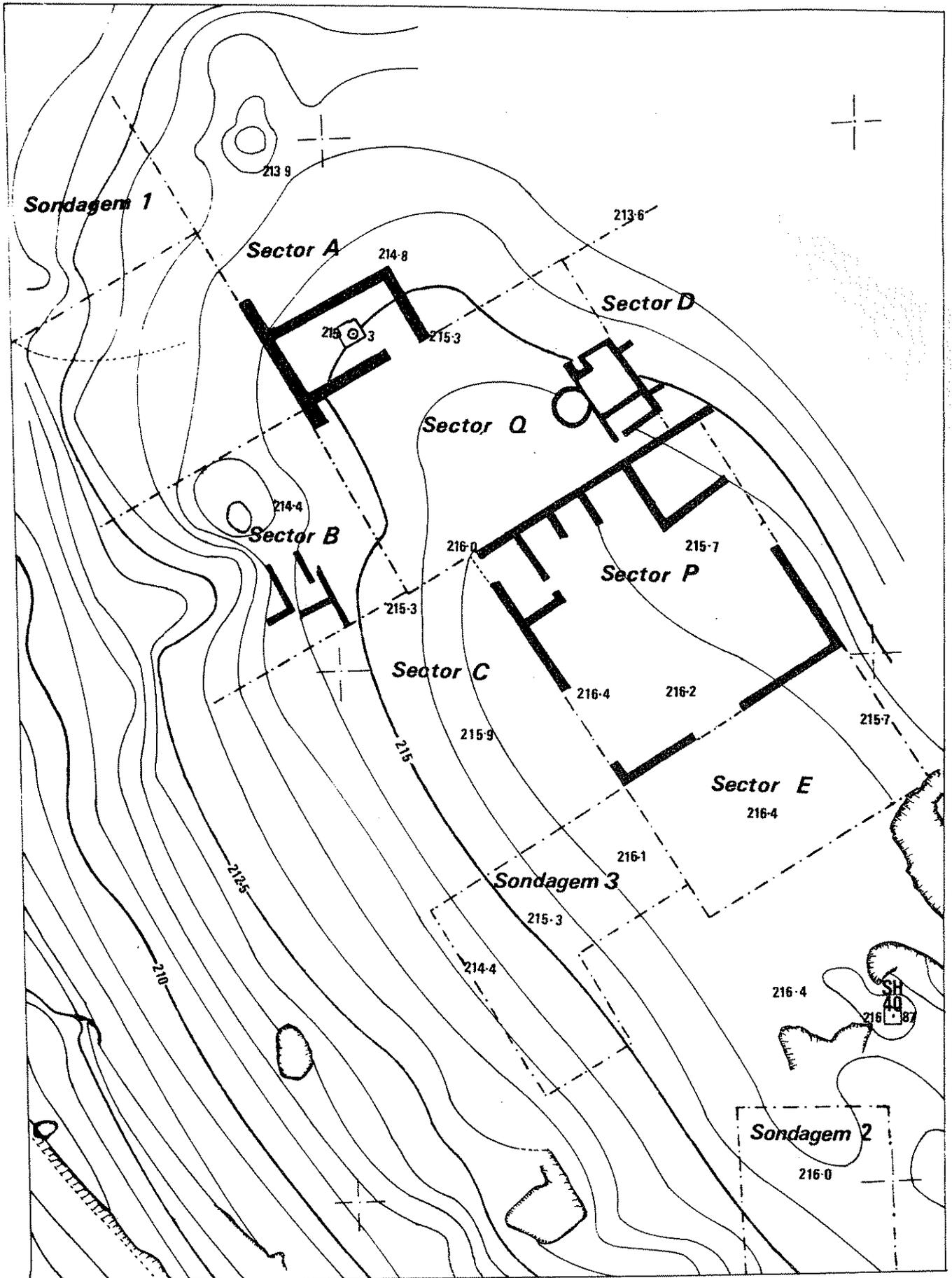
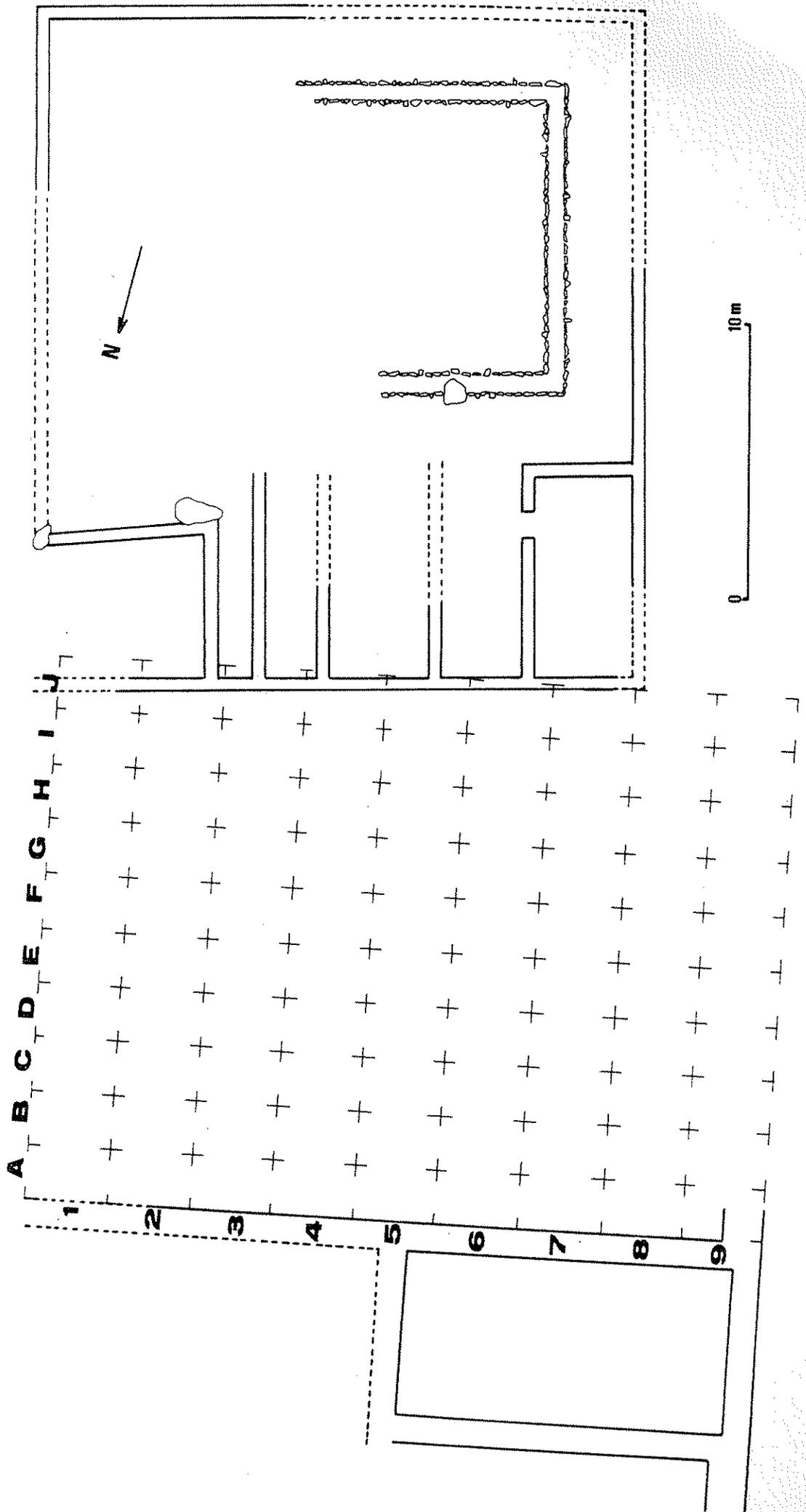


Figura 3



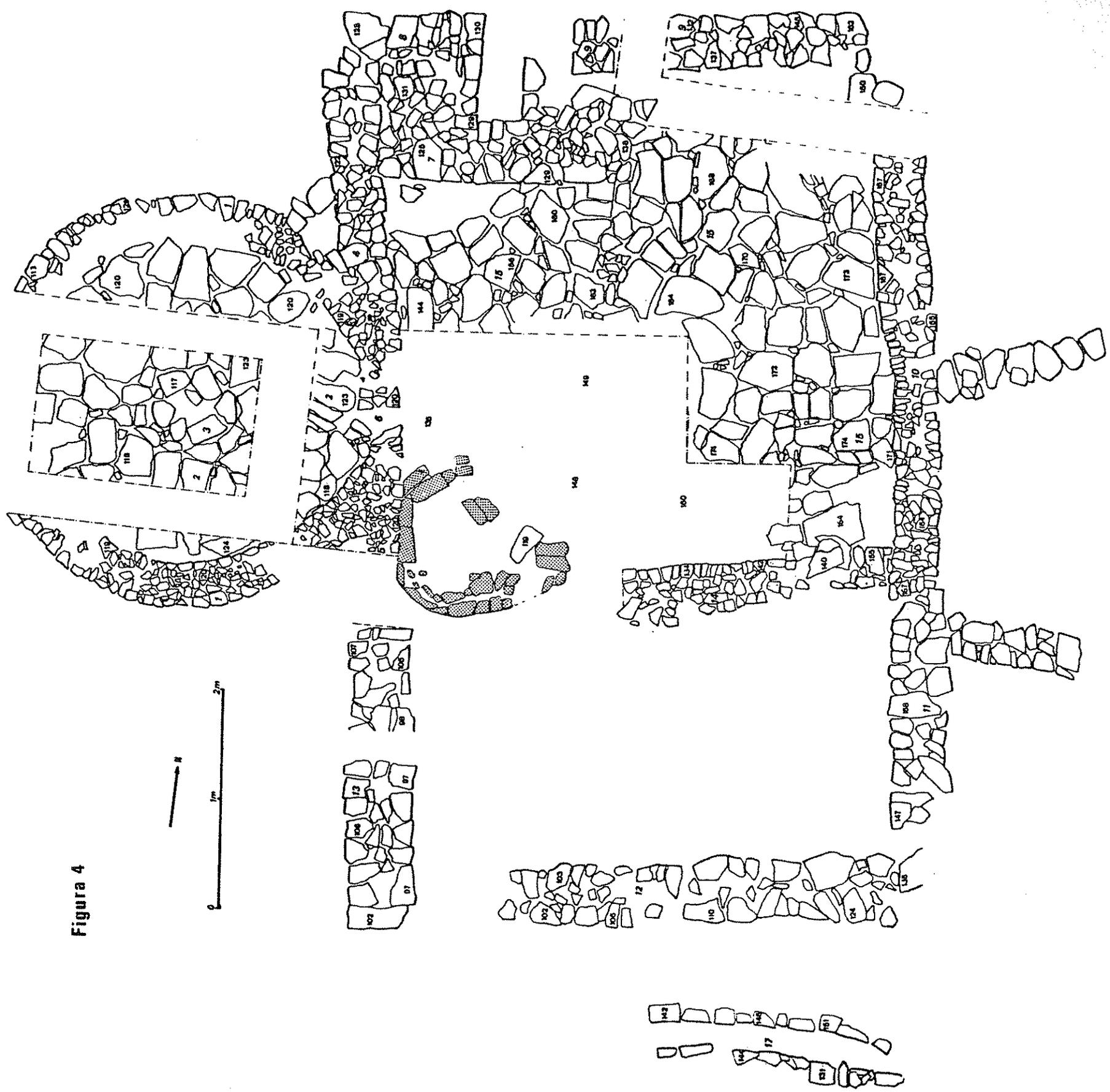
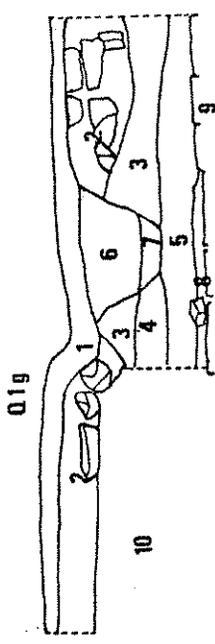
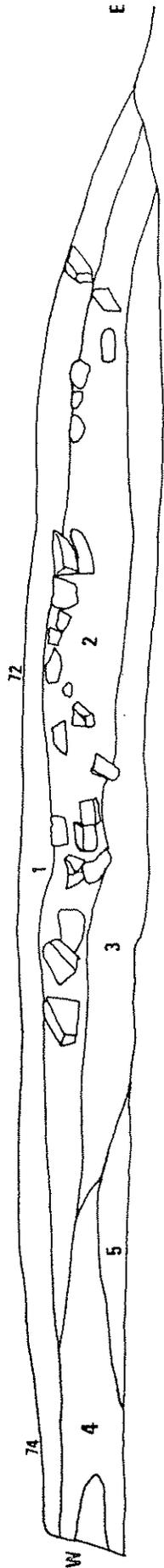


Figura 4

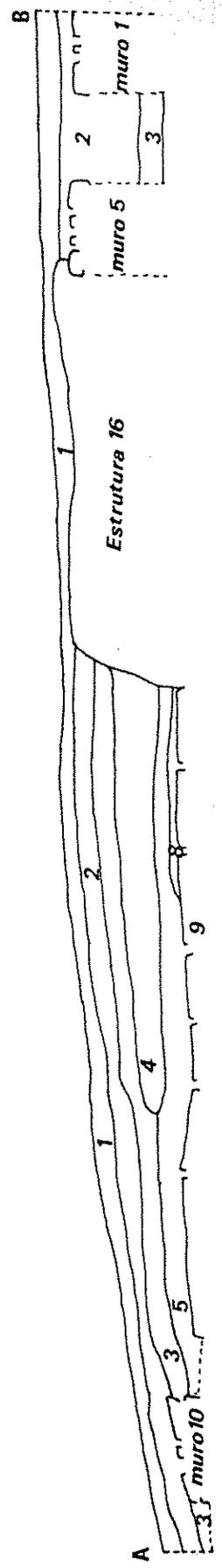


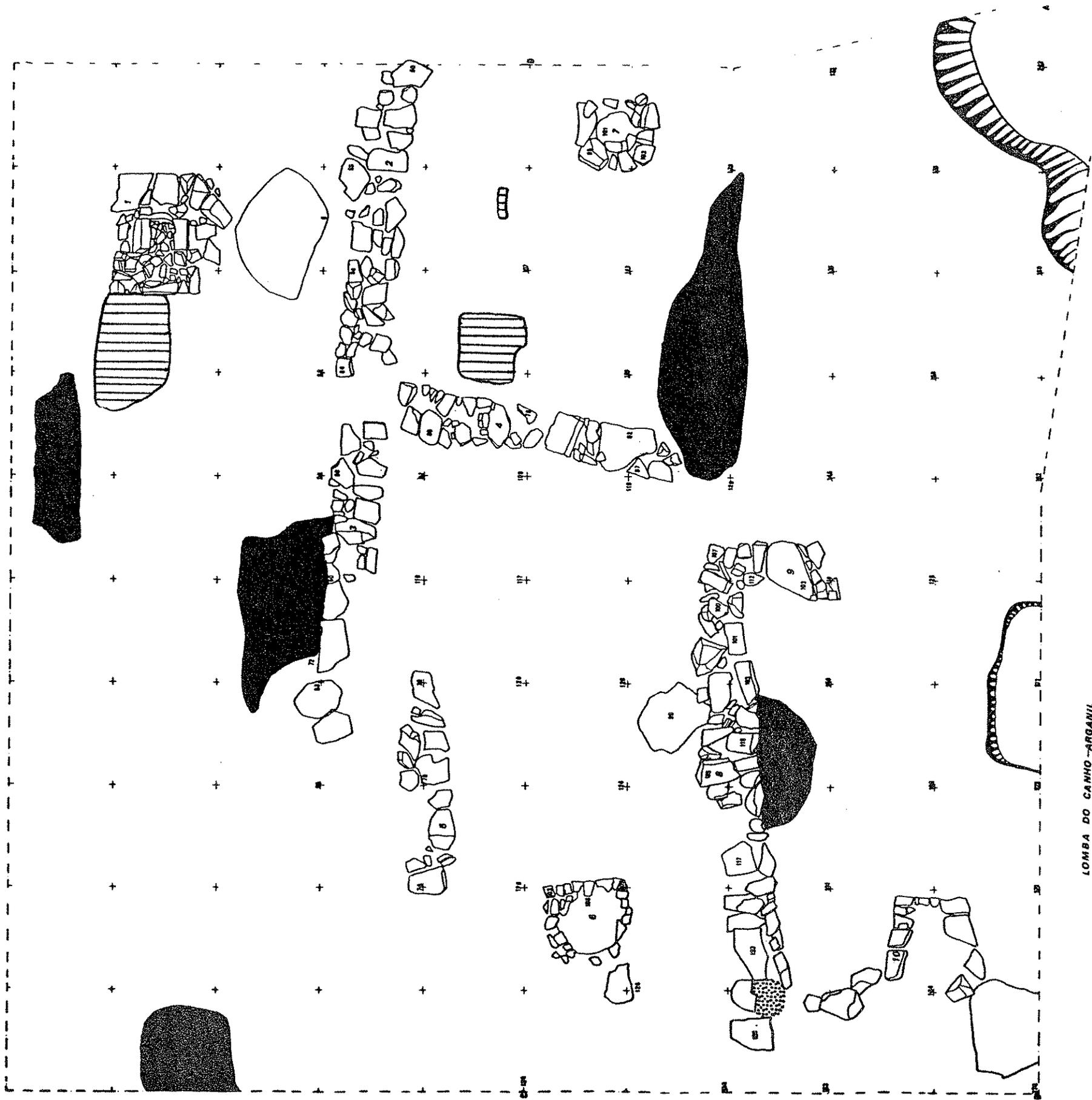
Figura 5

0.3i      0.2i      T



LOMBA DO CANHO  
ARGANIL  
SECTOR - 0





**LOMBA DO CANHO-ARGANIL**

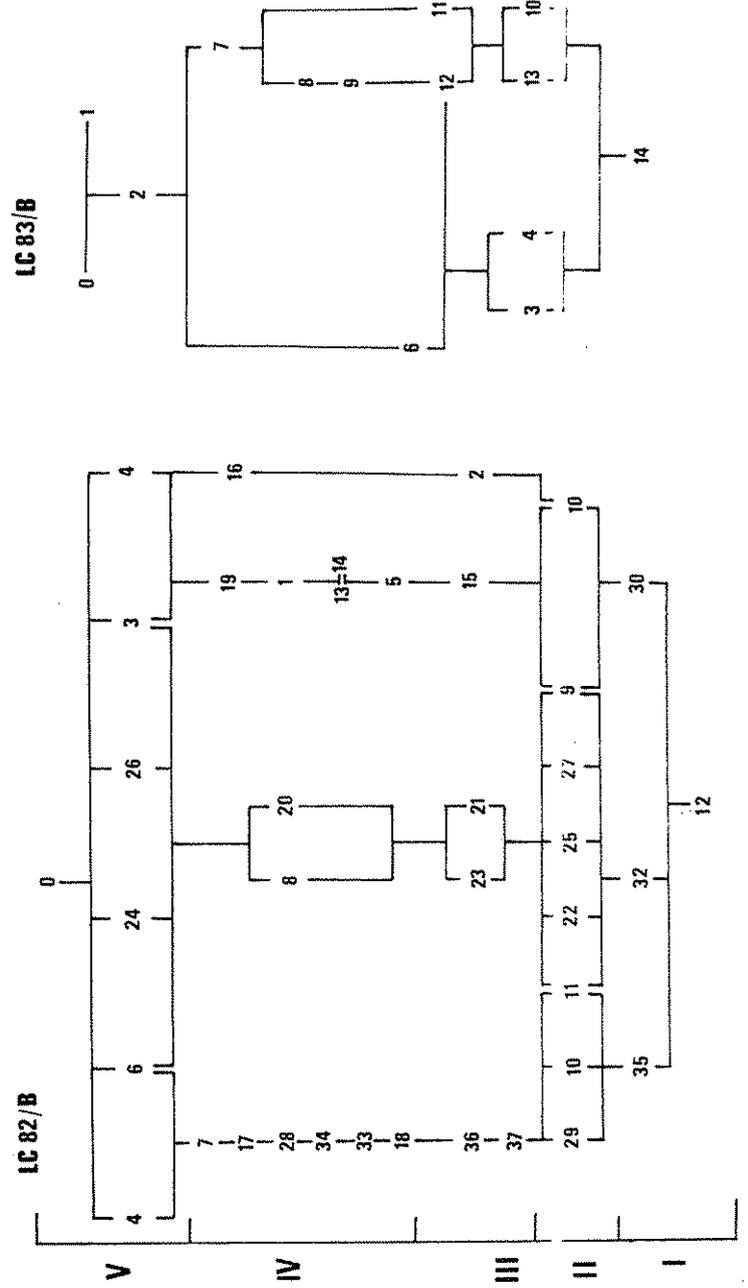
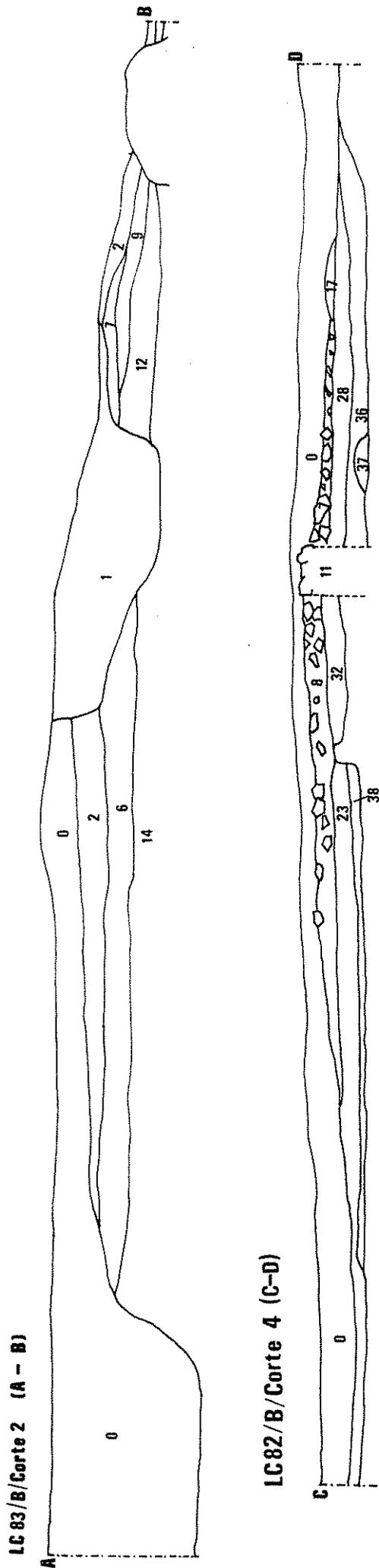
- 1 - Buraco de poste.
- 2 - Concentração de carvões.
- 3 - Concentração de nódulos de argila com impressões.

**Figura 6**



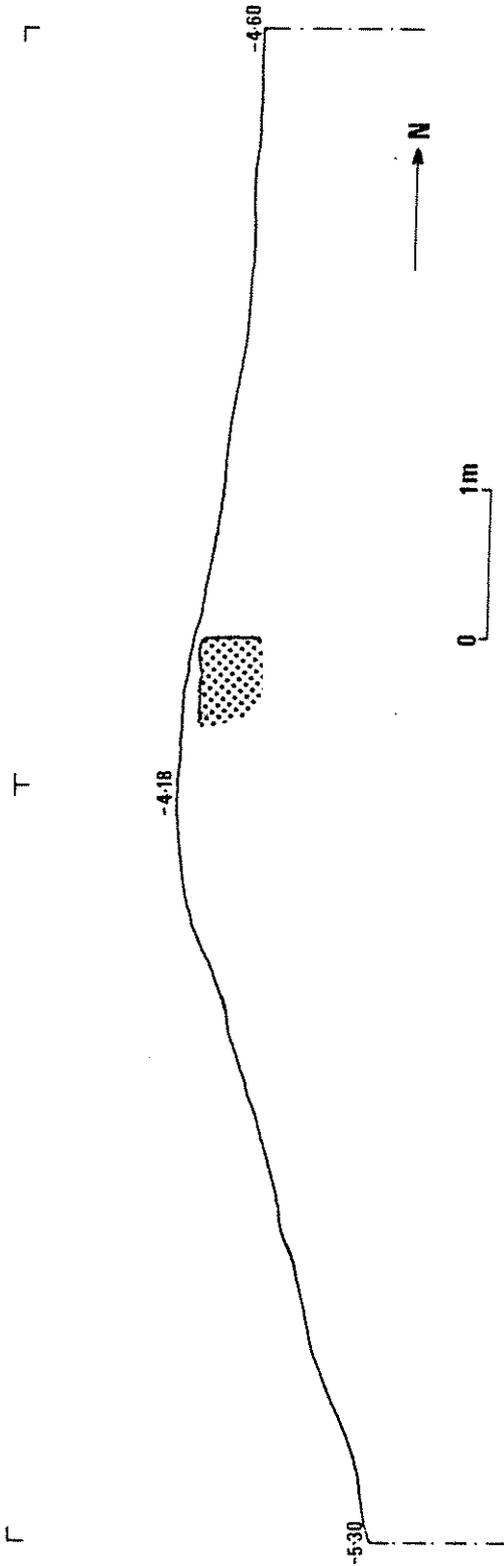
SECTOR B

Figura 7



- I - Rochas de Base.
- II - Período de Construção (Romano Republicano).
- III - Período de Ocupação ( *Idem* ).
- IV - Abandono / Destruição.
- V - Depósitos e Alterações Recentes.

Figura 8



*LC-82 / Sondagem Muralha*

Figura 9

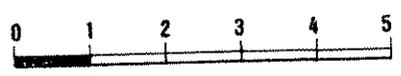
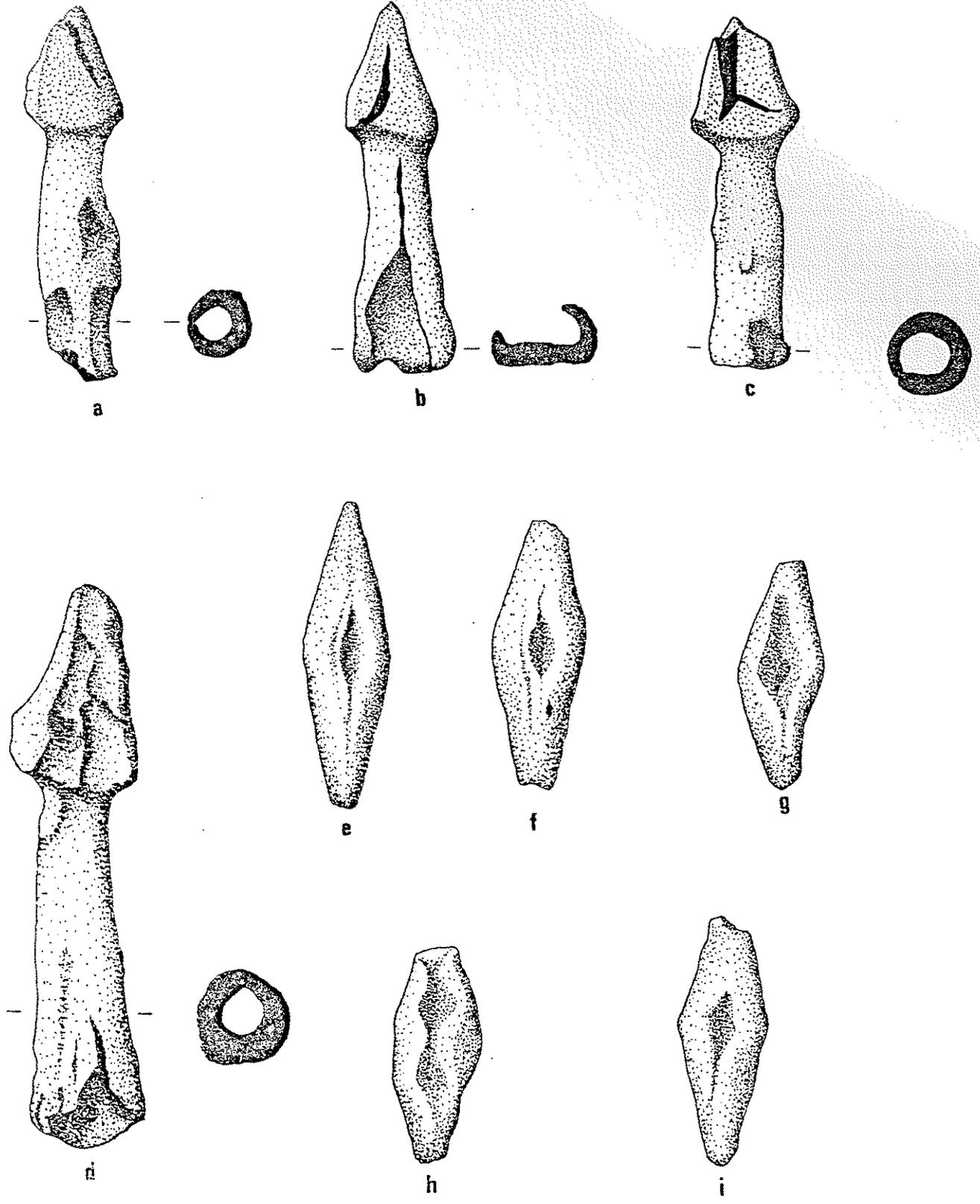


Figura 10

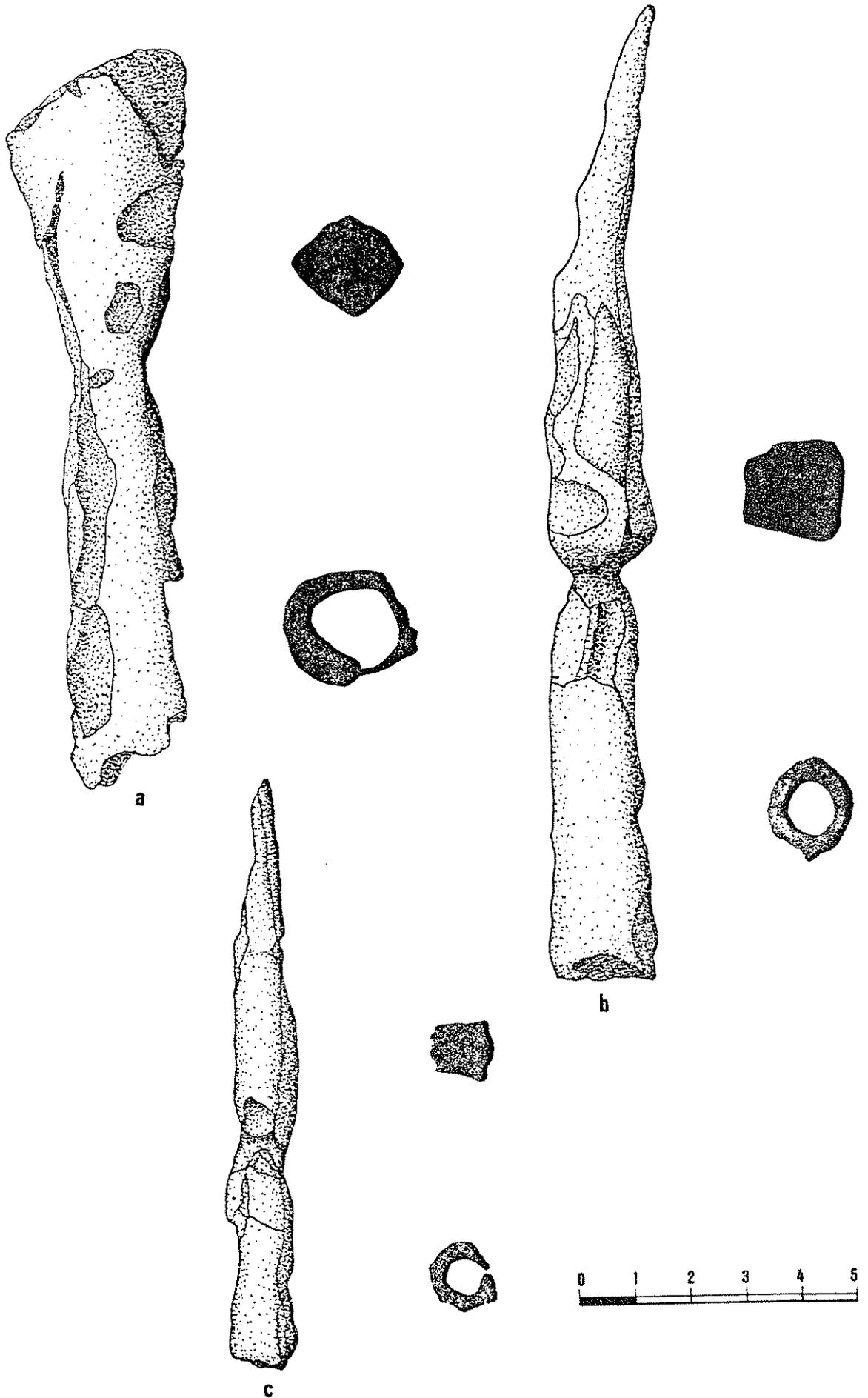
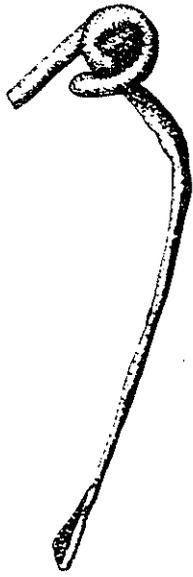


Figura 11



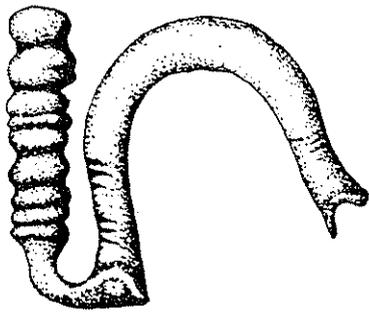
1



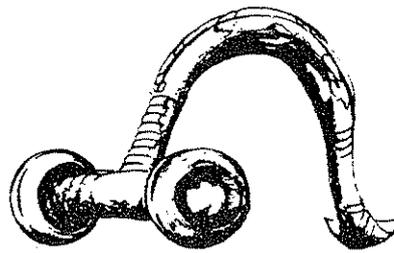
2



3



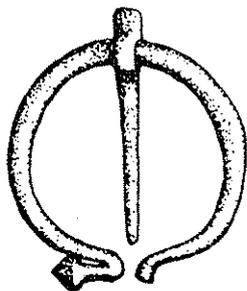
4



5



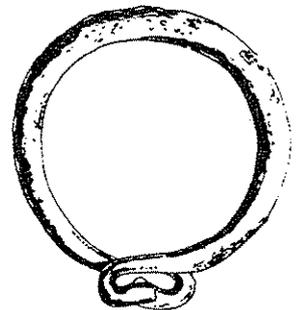
6



7



8



9

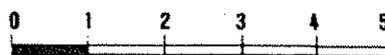


Figura 12

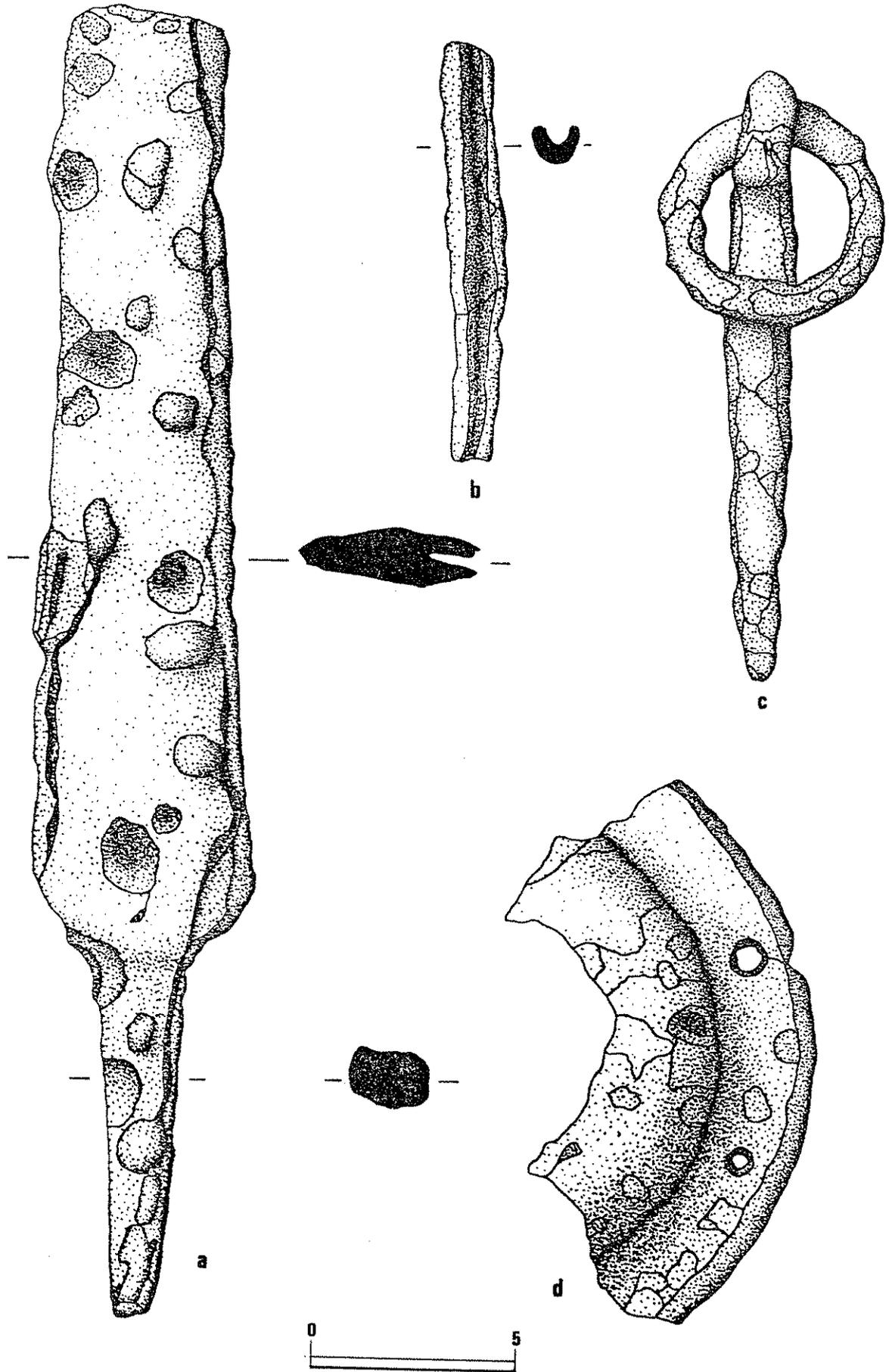


Figura 13

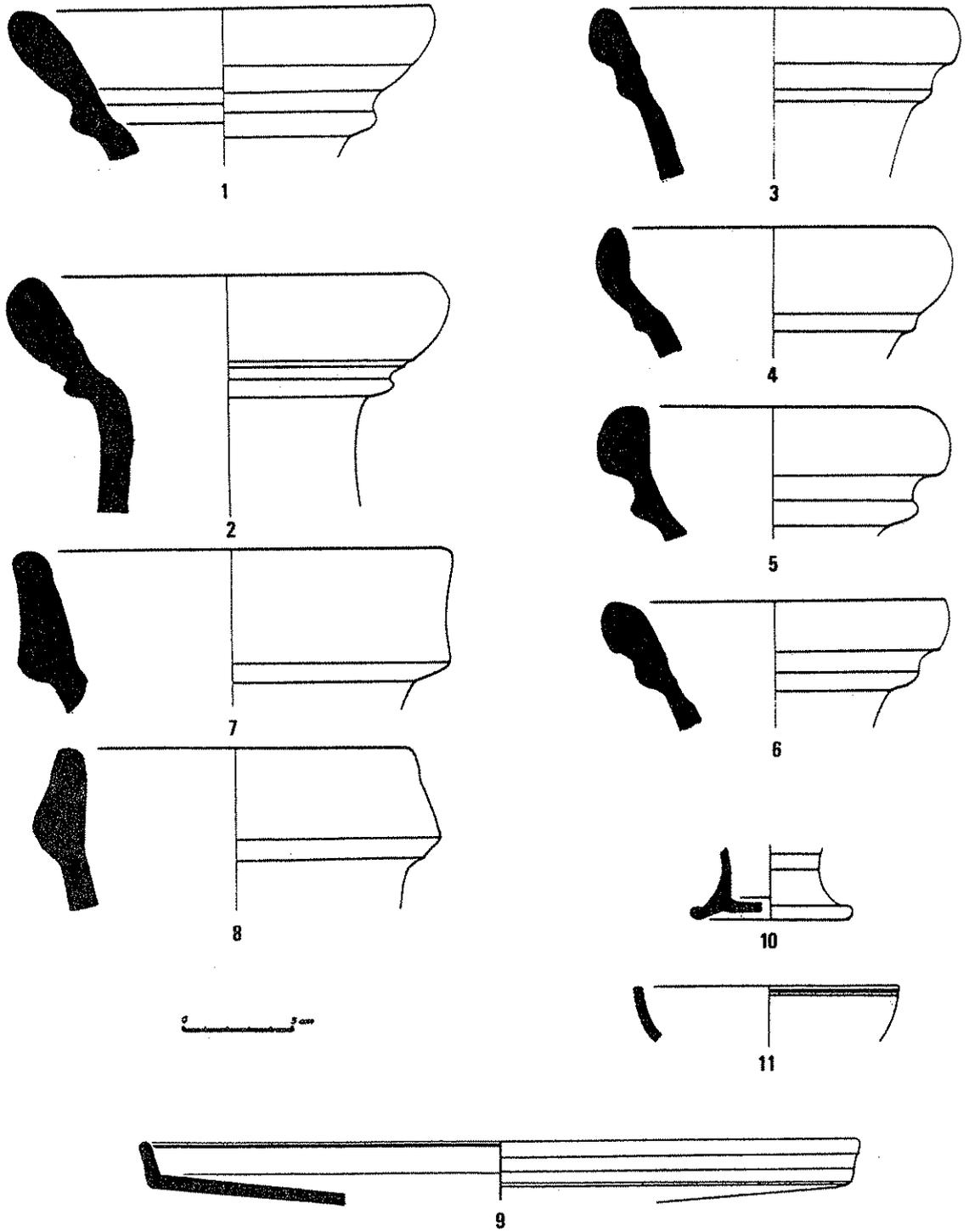


Figura 14

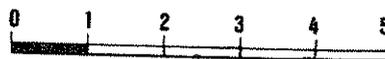
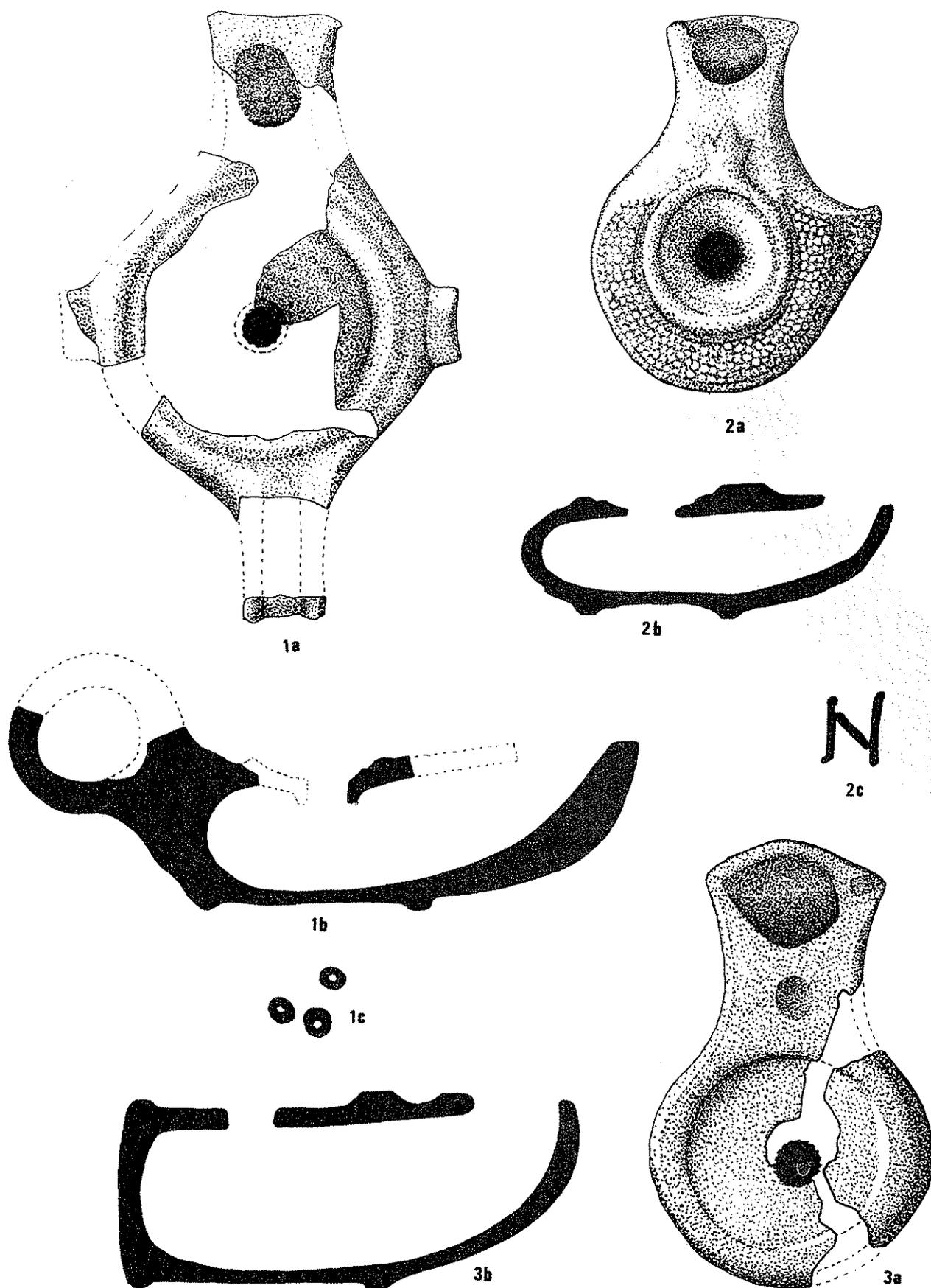
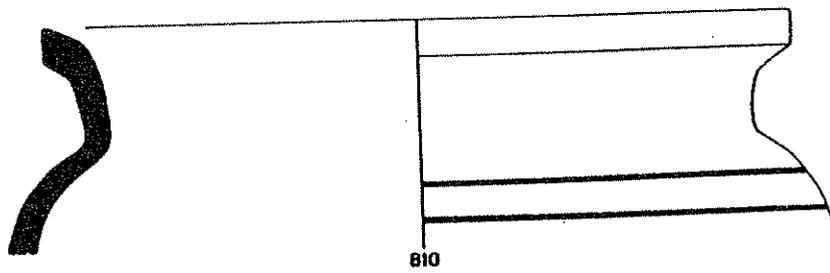
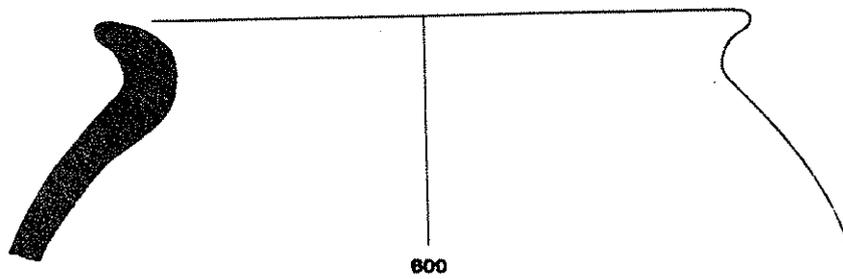
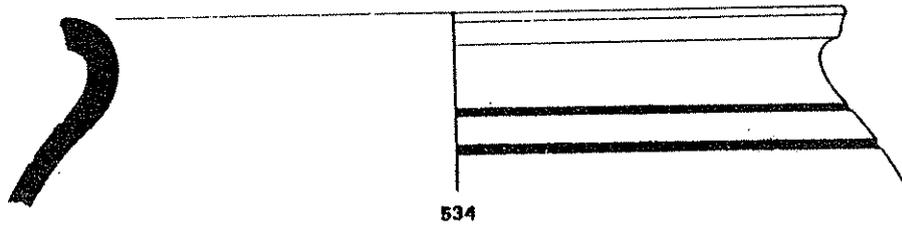
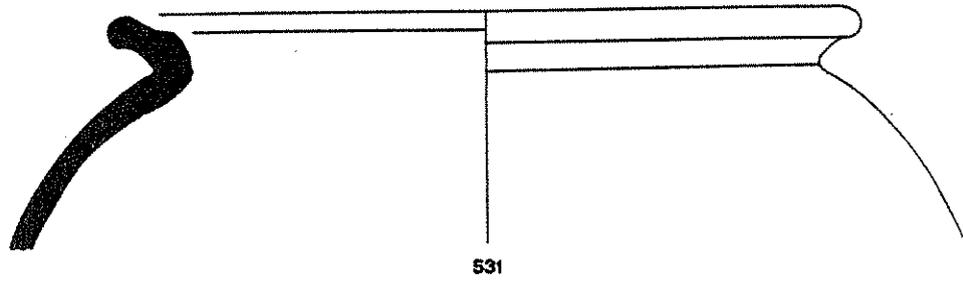
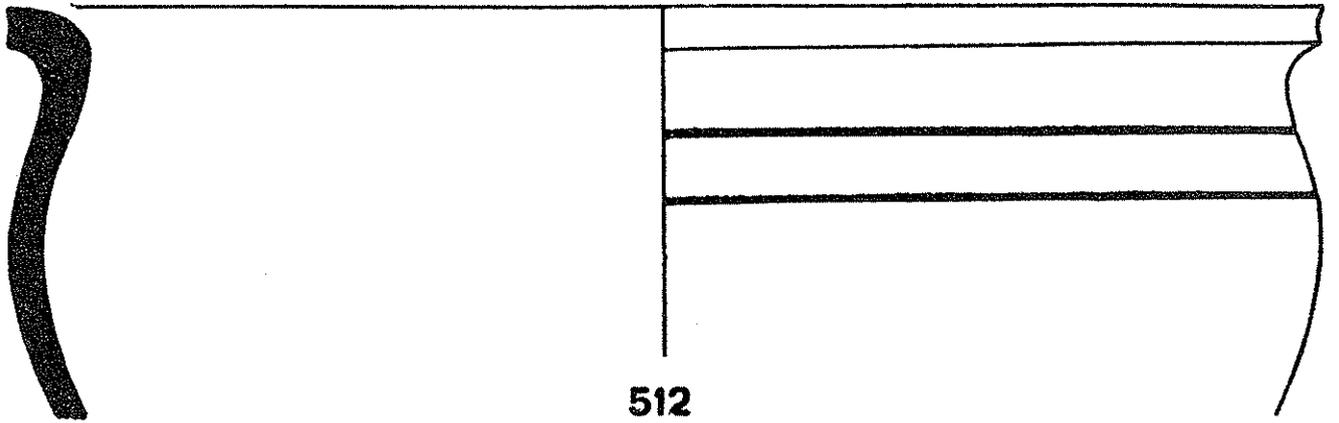
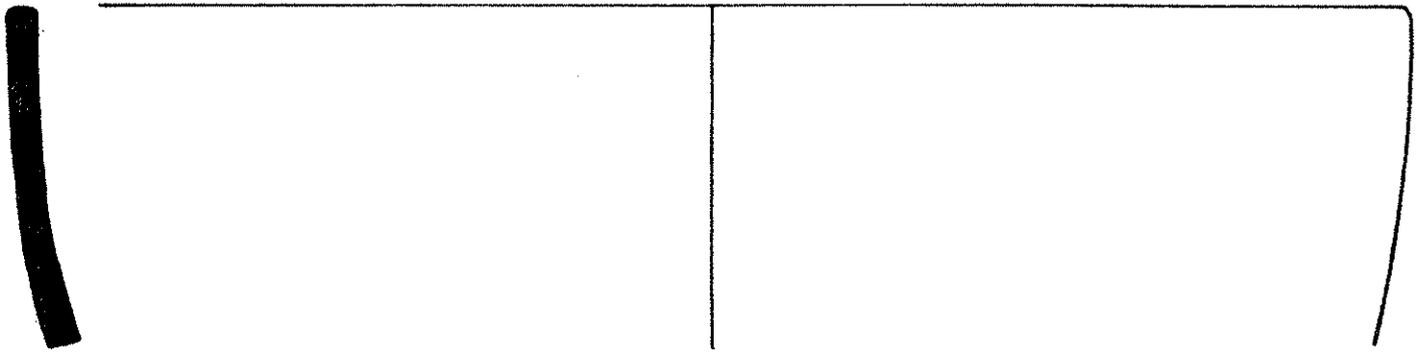


Figura 15

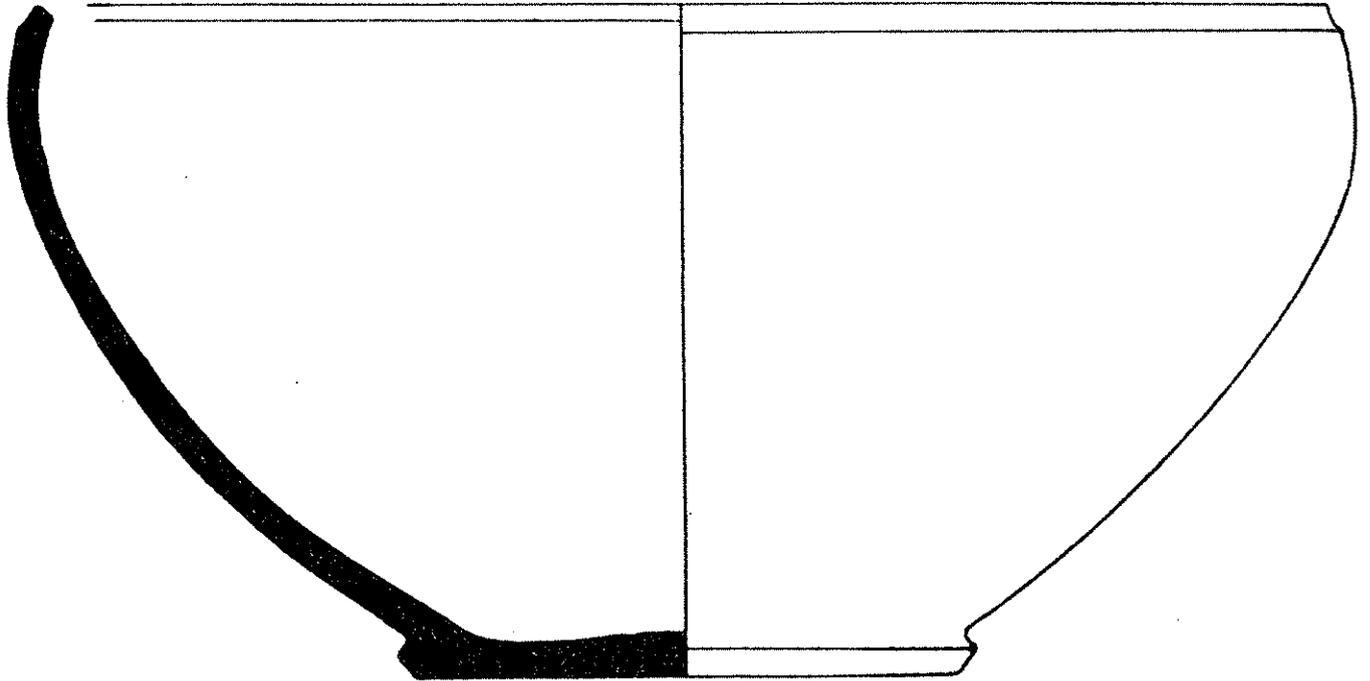


ESCALA 1/3

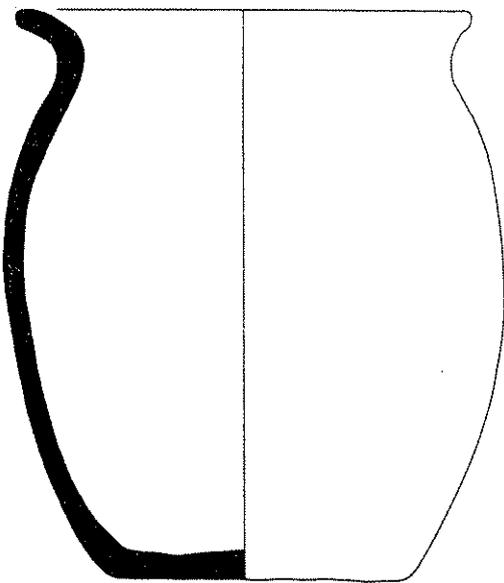
Figura 16



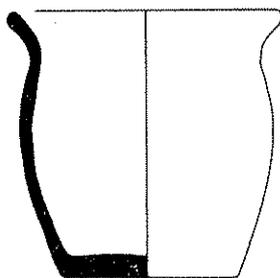
854



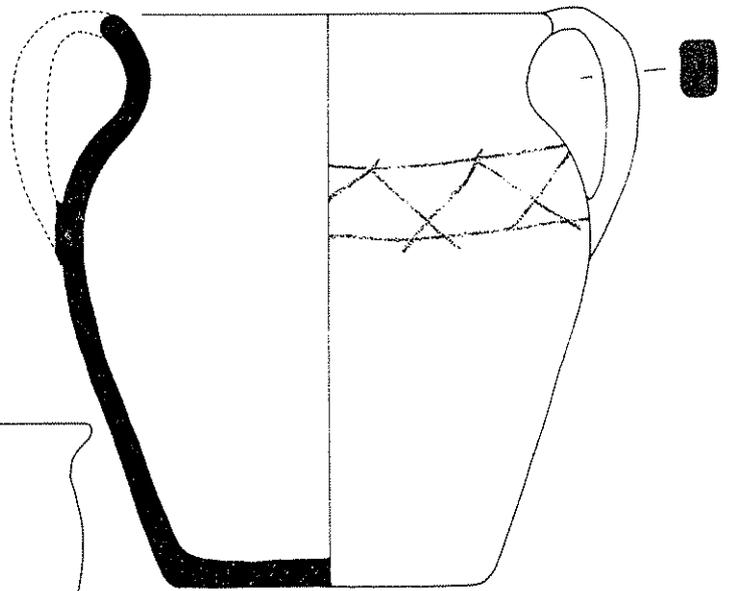
513



503



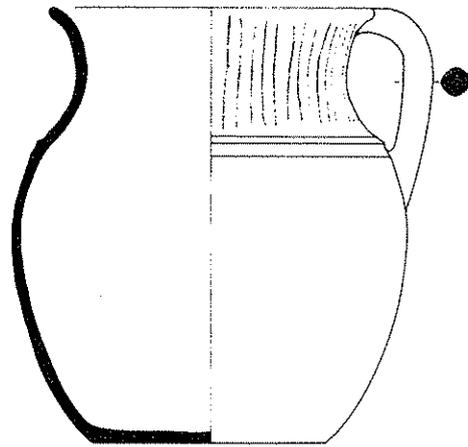
508



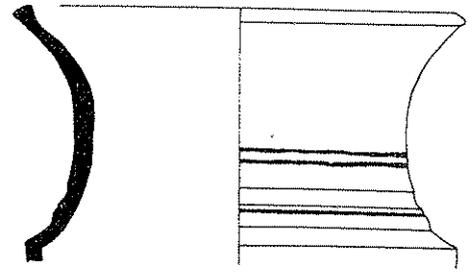
510

ESCALA 1/3

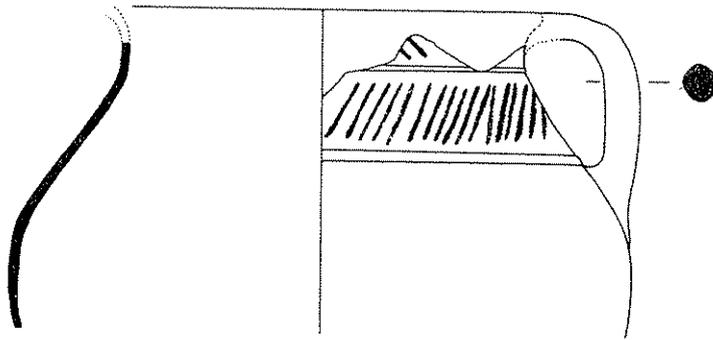
Figura 17



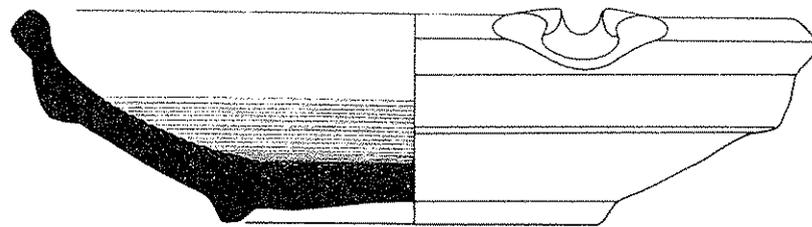
509



533



576



511



532

ESCALA 1/3